

BASE AEREA DE NATAL - BANT

Edital 96/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
96/2025	120631-BASE AEREA DE NATAL - BANT	RAQUEL DE MORAES VELOSO TORRES	12/02/2026 10:31 (v 0.6)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	169/2025	67222.010320/2025-09

1. DO OBJETO

[PREGÃO ELETRÔNICO]

90007/2026

CONTRATANTE (UASG)

(120631)

OBJETO

Aquisição de Uniformes para a Seção de Subsistência da BANT

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 309.594,40

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia XX/XX/XXXX às XXh (horário de Brasília)

Conforme data e horário divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)

Critério de Julgamento:

menor preço por item

Modo de disputa:

[aberto]

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

[SIM]

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

[NÃO]



MINISTÉRIO DA DEFESA

COMANDO DA AERONÁUTICA

BASE AÉREA DE NATAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2026

Processo Administrativo nº 67222.010320/2025-09

Torna-se público que Base Aérea de Natal , por meio da Seção de Licitações e Contratos , sediado na Rua do Especialista, s/no, Emaús, na cidade de Parnamirim/RN, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Aquisição de Uniformes para a Seção de Subsistência da BANT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. *A licitação será dividida em itens e um grupo, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. *Para todos os itens, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.*

3.7. *A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

3.8. *Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021[A3] , para o agricultor familiar, o produtor rural*

pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.10. Não poderão disputar esta licitação:

3.10.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.10.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.10.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.10.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.10.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.10.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.10.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.10.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.10.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.10.10. *peçasas jurídicas reunidas em consórcio*;

3.10.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.12. O impedimento de que trata o item 3.10.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.13. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.3 e 3.10.4 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.14. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.15. O disposto nos itens 3.10.3 e 3.10.4 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.16. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.17. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. *O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.*

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6 No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.6.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

- 5.8.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 5.8.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 5.8.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.8.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.8.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 5.8.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 5.8.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 5.8.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 5.8.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 5.8.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 5.8.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 5.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. *valor unitário e total do item;*

6.1.2. *marca;*

6.1.3. *fabricante;*

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante *[NÃO]* poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*

6.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.13. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

6.14. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.15. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (zero vírgula zero um centavo).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.19.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.19.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.19.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;

7.19.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

7.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.20.1. *empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;*

7.20.2. empresas brasileiras;

7.20.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.20.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.22.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.22.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.22.6. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ~~ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência~~, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

~~8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.~~

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

~~8.7. (SUPRESSÃO) Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:~~

~~8.7.1. [indicar os acordos, dissídios ou convenções coletivas];~~

~~8.8. Os acordos, dissídios ou convenções coletivas indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado, obedecidos os custos mínimos relevantes fixados pela Administração.~~

8.9 Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.9.1. conter vícios insanáveis;

8.9.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.9.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.9.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.9.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.11. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

8.11.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.11.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.12. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

~~8.13. (SUPRESSÃO) Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.~~

~~8.13.1. Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.~~

~~8.13.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão-de-obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual;~~

~~8.13.3. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;~~

~~8.13.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta;~~

~~8.13.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço;~~

8.14. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.14.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.14.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.16. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. (SUPRESSÃO) ~~Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta;~~

~~8.18. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes;~~

~~8.19. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema;~~

~~8.20. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada;~~

~~8.21. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência;~~

8.22. (SUPRESSÃO) ~~No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:~~

~~8.22.1. declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;~~

~~8.22.2. cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;~~

~~8.22.3. cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e~~

~~8.22.4. declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;~~

~~8.23. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.~~

8.24. O pregoeiro realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.25. O pregoeiro concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.26 O pregoeiro deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

8.27. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

9.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.10.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.11. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.11.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.12.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.13 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas, para:

9.13.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.13.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.13.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de XX (xxxxx) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **[poderá]** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www2.fab.mil.br/licitacoescontratos/>

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.3.3. impedimento de licitar e contratar e

14.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: por e-mail licita.bant@fab.mil.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua do Especialista, s/n – Emaús – Parnamirim/RN, Seção de Protocolo da BANT

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www2.fab.mil.br/licitacoescontratos//> e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua do Especialista, s/n – Emaús – Parnamirim/RN, de segunda-feira a quinta-feira, das 13:00 horas às 16:00 horas e na sexta-feira das 08:00 horas às 12:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados, solicitados através do e-mail: licita.bant@fab.mil.br.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;
- 16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
- 16.11.1.2. Anexo I - APENDICE I.pdf
- 16.11.1.3. Anexo II - Anexo A_Jaleco_Sapato_Soft.pdf
- 16.11.1.4. Anexo III - AnexoB_12A.pdf
- 16.11.1.5. Anexo IV - AnexoC_12B.pdf
- 16.11.1.6. Anexo V - AnexoD_12C.pdf
- 16.11.1.7. Anexo VI - AnexoE_12D.pdf
- 16.11.1.8. Anexo VIII - APENDICE I - VERSAO 2 COM GRUPO.pdf
- 16.11.2. Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;
- 16.11.3. Anexo IV – Minuta de Ata de Registro de Preços;
- 16.11.4. Anexo V – Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato;
- 16.11.5. Anexo VI – Termo de Ciência e concordância.

CORRESPONDÊNCIAS:

**BASE AÉREA DE NATAL: SEÇÃO DE PROTOCOLO – RUA DO ESPECIALISTA, S/N, BAIRRO: EMAÚS, CIDADE: PARNAMIRIM, ESTADO: RIO GRANDE DO NORTE, CEP: 59.148-900.
E-MAIL: licita.bant@fab.mil.br.**

Parnamirim, ____ de _____ de 2026.

Nos termos no art. 50 da Lei 9.784/99 e tendo em vista que o processo foi conferido pela Assessoria de Controle Interno, na forma do art. 55, Inc I, do RICA 21-9/2025, aprovo o presente Edital, por cumprir os requisitos previstos na legislação em vigor.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SILVIA NATALIA SOARES MENEZES DA SILVA

Autoridade competente

BASE AEREA DE NATAL - BANT

Ata de Registro de Preços 46/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
46/2025	120631-BASE AEREA DE NATAL - BANT	RAQUEL DE MORAES VELOSO TORRES	12/02/2026 10:16 (v 0.5)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	169/2025	67222.010320/2025-09

1. DO OBJETO



MINISTÉRIO DA DEFESA

COMANDO DA AERONÁUTICA

BASE AÉREA DE NATAL

Processo Administrativo nº 67222.010320/2025-09

Minuta de Ata de Registro de Preços nº XX/2026

A Base Aérea de Natal, com sede na Rua do Especialista, s/n – Emaús, na cidade de Parnamirim/RN, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 00.394.429/0185-81, neste ato representado pelo Sra. SILVIA NATÁLIA SOARES MENEZES DA SILVA Cel Int, ORDENADOR DE DESPESAS DA BASE AÉREA DE NATAL, nomeado pela Portaria nº XXXXX, de XX /XXX/XXX, publicada na página XX, do Diário Oficial da União Nº XXX, Seção 2, de XX/XXX/2025, inscrito no CPF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX, portador da Carteira de Identidade nº XXXXX/CAER, considerando o julgamento da *licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica*, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/202....., processo administrativo n.º 67222.010320/2025-09, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no *Edital de licitação*, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual Aquisição de Uniformes para a Seção de Subsistência da BANT, especificados no Termo de Referência, anexo I do Edital de licitação, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor (es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Base Aérea de Natal.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *Edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *Edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *Edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.[A1]

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *Edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao *Edital*.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Parnamirim, ____ de _____ de 2026.

PELA BANT:

TESTEMUNHA:

Assinado Eletronicamente

Assinado Eletronicamente

SILVIA NATÁLIA SOARES MENEZES
DA SILVA Cel Int

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Ordenador de Despesas da BANT

Agente de Controle Interno da BANT

CPF.: XXX.XXX.XXX-XX

CPF.: XXX.XXX.XXX-XX

Pela FORNECEDORA:

REPRESENTANTE

CPF

Anexo I

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SILVIA NATALIA SOARES MENEZES DA SILVA
Autoridade competente

BASE AEREA DE NATAL - BANT

Contrato 117/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
117/2025	120631-BASE AEREA DE NATAL - BANT	RAQUEL DE MORAES VELOSO TORRES	12/02/2026 10:26 (v 0.6)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	169/2025	67222.010320/2025-09

1. OBJETO



MINISTÉRIO DA DEFESA

COMANDO DA AERONÁUTICA

BASE AÉREA DE NATAL

(Processo Administrativo nº 67222.010320/2025-09)

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/2026, QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E
.....

A União, por intermédio da Base Aérea de Natal, com sede na Rua do Especialista, s/n - Emaús, na cidade de Parnamirim/RN, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00.394.429/0185-81, neste ato representado(a) pelo(a) Sra. SILVIA NATÁLIA SOARES MENEZES DA SILVA Cel Int, Ordenador de Despesas, nomeado(a) pela Portaria nº, de de de, publicada no DOU de de de, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, na cidade de, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por, conforme OU, tendo em vista o que consta no Processo nº 67222.010320/2025-09 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) [Pregão Eletrônico] nº XX/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Aquisição de Uniformes para a Seção de Subsistência da BANT, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL [A3]
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. [O Edital da Licitação]

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias, contados a partir do recebimento da nota de empenho pelo fornecedor e compreenderá os prazos de entrega, recebimentos provisório e definitivo, eventual substituição, em caso de rejeição e pagamento, tal como especificado no termo de referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx).

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado

ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.16. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.17. *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;*

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.7.2 Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.7.3. Das indenizações e multas.

13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

~~14.2. (SUPRESSÃO) O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.~~

~~14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.~~

~~14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização de aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.~~

~~14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: 00001/120631;

II) Fonte de recursos: 1050000140;

III) Programa de trabalho: 168919;

IV) Elemento de despesa: 339030; e

V) Plano interno: CP063100100; e

VI) Nota de empenho: [...];

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante a

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A1]

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Natal, Seção Judiciária do Rio Grande do Norte para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - CORRESPONDÊNCIA

19.1. Todas as comunicações, solicitações e correspondências, relativas ao presente contrato, serão trocadas, entre as PARTES, através de protocolo, nos seguintes endereços:

CONTRATANTE
COMANDO DA AERONÁUTICA
BASE AÉREA DE NATAL
Rua do Especialista, S/N, Emaús, Parnamirim - RN - CEP: 59148-900
Telefone: (084) 3644-7520

CONTRATADA

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

19.2. As comunicações de caráter técnico serão veiculadas e tratadas pela FISCALIZAÇÃO e as de caráter administrativo pela Seção de Contratos da BANT.
19.3. As comunicações poderão ser tratadas via e-mail com o fiscal do contrato através do endereço eletrônico: contratos.bant@fab.mil.br. Todas as mensagens deverão ser enviadas com confirmação de leitura, sendo considerado como comprovante de recebimento.

PELA CONTRATANTE:

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Ordenador de Despesas da BANT

PELA CONTRATADA:

Representante da CONTRATADA

Matrícula Funcional

TESTEMUNHAS:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Fiscal de Contrato

20. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SILVIA NATALIA SOARES MENEZES DA SILVA
Autoridade competente



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	EDITAL E ANEXOS PE 90007_2026_ASS ACI E OD
Data/Hora de Criação:	12/02/2026 13:29:05
Páginas do Documento:	41
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	42
Hash MD5:	1bdf762da9b286e68bdc869ee11d7fb9
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento DEUSA RUANA MESQUITA COSTA no dia 24/02/2026 às 13:56:55 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten CAMILE DA COSTA RAMOS no dia 24/02/2026 às 14:03:44 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel SILVIA NATÁLIA SOARES MENEZES DA SILVA no dia 24/02/2026 às 15:01:28 no horário oficial de Brasília.

BASE AEREA DE NATAL - BANT

Termo de Referência 394/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
394/2025	120631-BASE AEREA DE NATAL - BANT	DAVI CAVALCANTE DANTAS	30/01/2026 12:39 (v 3.3)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	169/2025	67222.010320/2025-09

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Uniformes para a Seção de Subsistência da BANT, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1 As especificações dos itens, os códigos dos itens, as quantidades e valores estimados estão contidas no Apêndice I deste Termo de Referência.

1.1.1 Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATMAT e da descrição do quadro acima, prevalecem estas últimas. Portanto, os licitantes deverão elaborar suas propostas com base na descrição constante do quadro acima.

1.1.1.2 Os produtos objeto da aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais - CATMAT do SIASG.

1.1.1.3 Com relação aos itens 20 a 27 da planilha do Apêndice I (GRUPO I), as peças pertencentes a este grupo devem ser do mesmo fornecedor e ter a mesma cor e tecido, pois são usadas em conjunto, tal exigência visa manter a padronização dos uniformes, conforme estipulado pelo Regulamento de Uniformes da Aeronáutica.

1.2 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.

1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4 O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias, contados a partir do recebimento da nota de empenho pelo fornecedor e compreenderá os prazos de entrega, recebimentos provisório e definitivo, eventual substituição, em caso de rejeição e pagamento, tal como especificado no termo de referência, podendo ser prorrogado na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5 O contrato, cuja minuta segue anexa ao Edital, oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação, podendo ser utilizada a Nota de Empenho como instrumento hábil, na forma do art. 95 da Lei 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

2.3. **Em atenção ao parágrafo único do art. 1º do decreto nº 10.947/2022, o objeto da contratação está previsto no planejamento anual de aquisições e contratações (PAAC) de 2025, disposto no Portal da Força Aérea Brasileira (FAB), <https://www2.fab.mil.br/paac/>, conforme detalhamento a seguir:**

I) REGIÃO/UNIDADE: 120631 – Base Aérea de Natal

II) DATA DE PUBLICAÇÃO NO PNCP: 22/04/2024

III) IDENTIFICADOR DA FUTURA CONTRATAÇÃO: 120631-169/2025

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo abrange a Aquisição de Uniformes para a Seção de Subsistência da BANT

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 **Bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;**

4.1.2 **Modo de produção – sem utilização de trabalho escravo ou infantil, com máquinas que reduzem a geração de resíduos industriais.**

4.1.3 **Os itens devem ser distribuídos e entregues em embalagens compactas, indústria local e produtor local;**

4.1.4 **Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial –INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;**

4.1.5 **Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).**

~~(SUPRESSÃO) Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):~~

~~4.2 (SUPRESSÃO) Na presente contratação será admitida a indicação das marcas e modelos, conforme tabelo do item 1 deste documento, de acordo com as justificativas contidas no Estudo Técnico Preliminar:~~

~~(SUPRESSÃO) Da vedação de contratação de marca ou produto~~

~~4.3 (SUPRESSÃO) Diante das conclusões extraídas do processo administrativo nº XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas:~~

~~(SUPRESSÃO) Da exigência de amostra~~

~~4.4 Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.~~

~~4.5 Serão exigidas amostras dos seguintes itens:~~

~~4.5.1 ...~~

~~4.5.2 ...~~

~~4.5.3 ...~~

~~4.6 As amostras poderão ser entregues no endereço _____, no prazo limite de _____, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.~~

~~4.7 É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.~~

~~4.8 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.~~

~~4.9 Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:~~

~~4.9.1 Itens (....). _____,~~

~~4.9.2 Itens (....). _____.~~

~~4.10 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.~~

~~4.11 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.~~

~~4.12 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.~~

~~4.13 Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de (....) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.~~

~~4.14 Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.~~

~~(SUPRESSÃO) Da exigência de carta de solidariedade~~

~~4.15. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.~~

Subcontratação

4.16. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.17. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

(SUPRESSÃO) Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

~~4.18. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte:~~

~~4.18.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal:~~

~~4.18.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço:~~

~~4.18.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.~~

(SUPRESSÃO) Margem de Preferência:

~~4.19. O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência [normal] OU [adicional] de%, prevista no Decreto n.º....., conforme disposto na Resolução n.º da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, por se tratar de [bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras] OU [bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis]:~~

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1 O prazo de entrega dos bens é de 10 (dez) dias, contados da data da emissão da nota de empenho, em remessa parcelada.

5.2 Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

- Estrada do Especialista, S/N, Emaús, Parnamirim/RN – CEP 59.148-900 – Seção de Subsistência da BANT;

- Rodovia RN 063, Km 11, Parnamirim/RN – CEP 59.140-970 – Caixa Postal 054 – Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI).

5.2.1. As entregas deverão ser realizadas de segunda-feira a sexta-feira, em dias úteis, no horário compreendido das 8h às 13h.

~~5.3. (SUPRESSÃO) No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 60 dias, ou um terço do prazo total recomendado pelo fabricante:~~

5.4 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.5 Em caso de divergência entre o detalhamento dos descritivos dos itens registrados no Portal de Compras da União (código CATMAT) e os constantes no Termo de Referência, para efeito de entrega e recebimento do material, prevalecerão as deste Termo. (Grifo Nosso)

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.6 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos

seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

7.15. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa, não cumprir as obrigações estabelecidas neste Termo de Referência;

7.16. O descumprimento de obrigações contratuais por parte do licitante poderá ensejar a aplicação de sanções administrativas, mediante a instauração de Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade (PAAI), cujos procedimentos e dosimetria foram regulamentados pela PORTARIA GABAER No 623/GC4, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica no 213, de 23 NOV 2023, podendo tal normativo ser acessado pelo link: http://www.diref.intraer/images/conteudo/contratos_convenios/suconv-1/mca-175-1/Anexos/Portaria%20623_2023%20dosimetria%20sancoes%2014.133_21.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. **(SUPRESSÃO)** ~~As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.~~

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

(SUPRESSÃO) Antecipação de pagamento

~~8.27. A presente contratação permite a antecipação de pagamento (parcial/total), conforme as regras previstas no presente tópico:~~

~~8.28. O Contratado emitirá recibo/nota fiscal/fatura/documento idôneo/... correspondente ao valor da antecipação de pagamento de R\$ (valor por extenso), tão logo ... (incluir condicionante – ex. seja assinado o termo de contrato, ou seja, prestada a garantia etc.), para que o Contratante efetue o pagamento antecipado:~~

~~8.29. Para as etapas seguintes do contrato, a antecipação do pagamento ocorrerá da seguinte forma:~~

~~8.29.1. R\$. (valor em extenso) quando do início da segunda etapa:~~

~~8.29.2. (...)~~

~~8.30. Quando admitida a antecipação de pagamento, fica o Contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado, na hipótese de inexecução do objeto:~~

~~8.31. No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não executada do contrato:~~

~~8.32. O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do (especificar o índice de correção monetária a ser adotado), ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução:~~

~~8.33. A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.~~

~~8.34. O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até (....) dias, contados do recebimento do (recibo OU nota fiscal OU fatura OU documento idôneo):~~

~~8.35. A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.~~

~~8.36. O pagamento de que trata este item está condicionado à tomada das seguintes providências pelo Contratado:~~

~~8.36.1. comprovação da execução da etapa imediatamente anterior do objeto pelo Contratado, para a antecipação do valor remanescente;~~

~~8.36.2. prestação da garantia adicional nas modalidades de que trata o art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de ...%.~~

~~8.37. O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.~~

Cessão de Crédito

8.38. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.38.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.38.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.38.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.38.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.39. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, conforme previsto no art. 25, parágrafo 7º, da lei 14.133/2021.

8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

CrITÉRIOS de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

(SUPRESSÃO) ~~Exigências de habilitação~~

~~9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:~~

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. **(SUPRESSÃO)** ~~Ato de autorização para o exercício da atividade de (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por (especificar o órgão competente) nos termos do art. da (Lei/Decreto) nº~~

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas :

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG =

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.26. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.27. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.31. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.32. **(SUPRESSÃO)** Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente**(escrever por extenso, se for o caso)**, em plena validade;

9.32.1. **(SUPRESSÃO)** Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.33. **(SUPRESSÃO)** Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso:

9.33.1. **(SUPRESSÃO)** Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.33.1.1. [...];

9.33.1.2. [...]; e

9.33.1.3. [...].

9.33.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.33.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.33.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.34. ~~(SUPRESSÃO) Prova de atendimento aos requisitos, previstos na lei~~

Disposições gerais sobre habilitação

9.35. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.36. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.37. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.38. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.39. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 309.594,40 (Trezentos e nove mil quinhentos e noventa e quatro reais e quarenta centavos).

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I Gestão/Unidade: 00001/120631;

II Fonte de Recursos: 1050000140;

III Programa de Trabalho: 168919

IV Elemento de Despesa: 339030;

IV Plano Interno: CP063100100;

11.3. ~~(SUPRESSÃO) A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento~~

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021

13 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

13.1. O adjudicatário terá o prazo de 02 dias úteis contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

13.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

13.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

13.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

13.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

13.4. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.5. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

13.6. São obrigações do Contratante:

13.6.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

13.6.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

13.6.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

13.6.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

13.6.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

13.6.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

13.6.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

13.6.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

13.6.8.1 A Administração terá o prazo de 15 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

13.6.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 15 dias.

13.6.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

13.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

13.8. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

13.8.1. ~~(SUPRESSÃO) Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;~~

13.8.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

13.8.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

13.8.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

13.8.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

13.8.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

13.8.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

13.8.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

13.8.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

13.8.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

13.8.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

13.8.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

13.8.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

13.8.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

13.8.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.8.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

13.8.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

13.8.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

13.8.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

13.8.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

13.8.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

13.8.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

13.8.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;

13.8.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

13.8.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

13.8.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

13.8.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

13.8.23 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

13.8.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

13.8.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

13.8.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.9. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.10. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

13.11. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

13.11.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.11.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.12. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.12.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.12.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

13.12.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.13. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.13.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.13.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.13.3. Indenizações e multas.

13.14. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.15. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

DOS CASOS OMISSOS

13.16. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

ALTERAÇÕES

13.17. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.18. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

13.19. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.20. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.21. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

FORO

13.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em em Parnamirim-RN, Seção Judiciária de Natal para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital OU Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SILVIA NATALIA SOARES MENEZES DA SILVA

Ordenadora de Despesas

TAMILE DOS SANTOS CUNHA PEREIRA

Chefe da Seção de Subsistência

MARCOS HENRIQUE DA SILVA COSTA

Membro da Equipe de Planejamento

DAVI CAVALCANTE DANTAS

Membro da Equipe de Planejamento

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo A_Jaleco_Sapato_Soft.pdf (1.73 MB)
- Anexo II - AnexoB_12A.pdf (599.52 KB)
- Anexo III - AnexoC_12B.pdf (625.18 KB)
- Anexo IV - AnexoD_12C.pdf (1.04 MB)
- Anexo V - AnexoE_12D.pdf (1.57 MB)
- Anexo VI - 9.1 APENDICE I - VERSAO 2 COM GRUPO.pdf (42.57 KB)

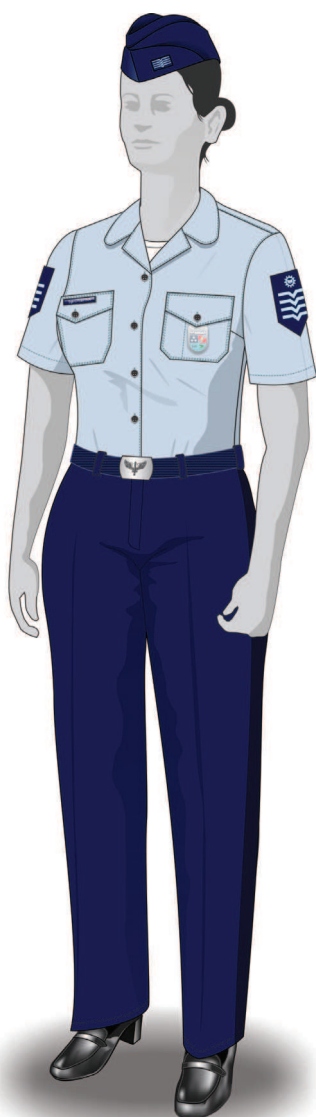
<p>MINISTÉRIO DA DEFESA COMANDO DA AERONÁUTICA BASE AÉREA DE NATAL</p>									
APÊNDICE I – Aquisição de Uniformes para a Seção de Subsistência da BANT									
ITEM	REQUISIÇÕES	DESCRIÇÃO	CATMAT	UND MEDIDA	QUANT. MINIMA	QUANT. MÁXIMA	QUANT. TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	RDS181001AU	Jaleco branco de mangas compridas. Jaleco em tecido 67% poliéster e 33% algodão, manga longa, cor branca, tipo bata, nos tamanhos p, m, g e xg (A critério do solicitante), tamanho corpo todo, fechamento em botões, bolso frontal no lado superior esquerdo e dois bolsos inferiores. nutricionista/técnica de nutrição. CONFORME ANEXO A.	308160	UND	5	20	20	R\$ 139,00	R\$ 2.780,00
2	RDS181002AU	Jaleco branco de mangas curtas. Jaleco em tecido 67% poliéster e 33% algodão, manga curta, cor branca, tipo bata, nos tamanhos p, m, g e xg (A critério do solicitante), fechamento em botões, bolso frontal no lado superior esquerdo e dois bolsos inferiores. nutricionista/técnica de nutrição. CONFORME ANEXO A.	453655	UND	5	20	20	R\$ 98,99	R\$ 1.979,80
3	RDS181003AU	Sapato preto tipo "soft" antiderrapante. Com palmilha em 3 camadas com nano tecnologia e tratamento antimicrobiano. Tamanhos 35 ao 44 (A critério do solicitante). nutricionista/técnica de nutrição/responsável por estoque. CONFORME ANEXO A.	382922	PAR	5	15	15	R\$ 136,50	R\$ 2.047,50
4	RDS181004AU	Dolma profissional para cozinheiro, manga longa, na cor branca, tecido 65% algodão e 35% poliéster, tamanho 40 ao 50 (A critério do solicitante). CONFORME ANEXO B.	462229	UND	10	231	231	R\$ 185,00	R\$ 42.735,00
5	RDS181005AU	Calça branca para cozinheiro, tecido brim 65% algodão e 35% poliéster, aviamento com elástico chato reforçado e cadarço rolo de poliéster, sem bolsos, nos tamanhos 38 ao 52 (A critério do solicitante), chefes de cozinha, cozinheiro, auxiliar de cozinha. CONFORME ANEXO B.	458140	UND	10	315	315	R\$ 95,00	R\$ 29.925,00
6	RDS181006AU	Meio avental branco, tecido misto em sarja 65% algodão e 35% poliéster (para manipulação em áreas quentes), avental meio corpo, em tamanho único, com tiras laterais de amarração. Tamanhos pp, p, m, g, gg e xg. CONFORME ANEXO B.	386107	UND	10	264	264	R\$ 75,00	R\$ 19.800,00
7	RDS181007AU	Avental branco em PVC (para função de acougueiro e pré-preparo de hortifrut), dupla face, revestida em de pvc em ambas as faces. Possui 2 tiras do mesmo material do avental (uma para ajuste ao pescoço e outra para a cintura). Tamanho corpo todo, para chefes de cozinha, cozinheiro, auxiliar de cozinha. CONFORME ANEXO B.	293852	UND	10	360	360	R\$ 48,35	R\$ 17.406,00
8	RDS181008AU	Sapato na cor branca para cozinheiro tipo soft works ocupacional classe 2 (polimérico impermeável). Calçado confeccionado em material polimérico injetado (formando o cabedal e sola uma peça única). Confortável, palmilha em material polimérico com revestimento em tecido sintético com tratamento antimicrobiano na superfície superior e TNT na superfície inferior, solado antiderrapante de borracha vulcanizada, com sistema de absorção de energia (impacto) na região do calcanhar, material feito em EVA (Etileno Acetato de Vinil), nos tamanhos 36 ao 45 (a critério do solicitante). Para chefes de cozinha, cozinheiro, auxiliar de cozinha. CONFORME ANEXO B.	408905	PAR	10	99	99	R\$ 136,50	R\$ 13.513,50
9	RDS181009AU	Gorro para chefe de cozinha, na cor branca, material tecido misto em sarja 65% algodão e 35% poliéster. Com abertura traseira para ajustar tamanho. Chefes de cozinha, cozinheiro, auxiliar de cozinha. Tamanhos 45 ao 60 (a critério do solicitante) CONFORME ANEXO B.	446513	UND	10	99	99	R\$ 40,29	R\$ 3.988,71
10	RDS181010AU	Meia-bota branca PVC, impermeável, com resistência química, sistema de absorção de energia no solado e propriedades antiderrapante. Nos tamanhos 37 ao 46 (A critério do solicitante). CONFORME ANEXO C.	482669	PAR	10	36	36	R\$ 77,50	R\$ 2.790,00
11	RDS181011AU	Camisa feminina branca de mangas curtas, tecido 100% algodão. estilo tradicional, com 07 botões, com bolso retangular do lado esquerdo na altura do peito. Gola com colarinho social com base e reforço. Tamanhos pp, p, m, g, gg e xg (a critério do solicitante). CONFORME ANEXO D.	374152	UND	5	7	7	R\$ 70,00	R\$ 490,00
12	RDS181012AU	Camisa feminina branca de mangas compridas, estilo tradicional, com 07 botões, sem bolso, 100% algodão, mangas lisas. Gola com colarinho social com base e reforço tamanhos pp, p, m, g, gg e xg (a critério do solicitante). CONFORME ANEXO D.	460249	UND	5	7	7	R\$ 70,50	R\$ 493,50
13	RDS181015AU	Cinto preto feminino brilhoso, de couro liso, tipo social, fivela em latão com acabamento em níquel, a fivela é presa ao cinto com uma tira do mesmo material do cinto, com 05 furos. CONFORME ANEXO D.	603553	UND	1	1	1	R\$ 65,00	R\$ 65,00
14	RDS181016AU	Sapato feminino preto de salto médio (comissária e eventos), com palmilha com três camadas, com sistema de absorção de energia (impacto), solado em borracha vulcanizada antiderrapante, . Em couro e antibacteriano, tamanhos 34 ao 44 (a critério do solicitante). CONFORME ANEXO D.	446154	PAR	2	2	2	R\$ 91,00	R\$ 182,00
15	RDS181017AU	Sapato feminino preto com acabamento externo brilhante, de salto baixo, tipo soft classe II, antiderrapante, solado em borracha vulcanizada antiderrapante, placa anti-torção em material polimérico rígido, palmilha em material polimérico com revestimento em tecido sintético com tratamento antimicrobiano na superfície superior e TNT na superfície inferior, com sistema de absorção de energia (impacto), tamanhos 34 ao 44 (a critério do solicitante). CONFORME ANEXO D.	446155	PAR	2	2	2	R\$ 140,00	R\$ 280,00
16	RDS181018AU	Camisa masculina branca de mangas compridas, com mangas lisas, estilo tradicional, tamanhos pp, p, m, g, gg e xg (A critério do solicitante), com 07 botões (com botão no colarinho), sem bolso, 67% poliéster e 33% algodão e entreteia 100% algodão. CONFORME ANEXO D.	446212	UND	10	399	399	R\$ 89,00	R\$ 35.511,00
17	RDS181019AU	Camisa masculina branca de mangas curtas, com barra nas mangas, estilo tradicional, tamanhos pp, p, m, g, gg e xg (A critério do solicitante), com botões, bolso do lado esquerdo na altura do peito, 67% poliéster e 33% algodão. CONFORME ANEXO D.	413447	UND	10	399	399	R\$ 73,00	R\$ 29.127,00
18	RDS181020AU	Cinto preto masculino brilhoso, de couro liso, tipo social, fivela em latão com acabamento em níquel, a fivela é presa ao cinto com uma tira do mesmo material do cinto, com 05 furos. CONFORME ANEXO D.	603553	UND	10	57	57	R\$ 46,20	R\$ 2.633,40
19	RDS181022AU	Sapato masculino, tipo esporte fino, brilhoso, material couro legítimo na parte interna e externa, cor preta, características adicionais: com cadarço, miolo do solado com antiderrapante, bico arredondado, tamanho 37 ao 46 (a critério do solicitante). material do solado em borracha termoplástica, material do cadarço algodão, material palmilha u.p.(poliuretano). peso aproximado: 830g e altura aproximada do salto 03cm. CONFORME ANEXO D.	458144	PAR	10	114	114	R\$ 249,90	R\$ 28.488,60
TOTAL								R\$ 234.236,01	

GRUPO 1									
ITEM	REQUISIÇÕES	DESCRIÇÃO	CATMAT	UND MEDIDA	QUANT. MINIMA	QUANT. MÁXIMA	QUANT. TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
20	RDS181023AU	Colete preto feminino, com 04 botões pretos, em tecido 97% poliéster e 3% elastano, forro em 100% acetato, com dois bolsos externos embutidos um de cada lado na parte inferior, cada bolso possui dois vivos, tamanho pp, p, m, g, gg e xg. CONFORME ANEXO E.	444180	UND	2	3	3	R\$ 129,00	R\$ 387,00
21	RDS181024AU	Blazer feminino preto. Estilo regular, com mangas compridas e lisas, inteiramente forrada, punhos lisos sem canhão, com dois bolsos externos embutidos a altura da cintura, em tecido 97% poliéster e 3% elastano, com 01 botão frontal, nos tamanhos pp, p, m, g, gg e xg (A critério do solicitante). CONFORME ANEXO E.	278230	UND	2	3	3	R\$ 140,00	R\$ 420,00
22	RDS181025AU	Meio-avental preto. Tamanho único, unissex, com tiras na cintura para ajustar, com bolso frontal, em tecido 100% poliéster. CONFORME ANEXO E.	603639	UND	10	174	174	R\$ 80,00	R\$ 13.920,00
23	RDS181026AU	Colete preto masculino, sem bolso, com 05 botões pretos, em tecido microfibra 97% poliéster e 3% elastano, com forro em 100% acetato, tamanho pp, p, m, g, gg e xg. CONFORME ANEXO E.	444180	UND	10	171	171	R\$ 85,00	R\$ 14.535,00
24	RDS181021AU	Calça masculina, material oxford, modelo social, na cor preta, possui cós com passantes e fechamento frontal por zíper de nylon de 18cm e fechos de encaixe metálico, além de quatro bolsos (sendo dois frontais e dois posteriores), estes dois últimos embutidos com uma casa vertical e um botão. linha 100% (cem) de poliéster; forro de bolso 50%(cinquenta) de poliéster masculino e 50% (cinquenta) de algodão na cor preta; tamanhos 38 ao 56 (a critério do solicitante). CONFORME ANEXO D.	256258	UND	10	285	285	R\$ 78,80	R\$ 22.458,00
25	RDS181013AU	Calça feminina preta. Estilo social, material tecido preto 97% poliéster e 3% elastano, forro preto 100% acetato, fechamento com zíper de náilon e fecho metálico, forro de cós pronto, possui um bolso de cada lado. Também possui um bolso traseiro de cada lado em formato retangular embutidos sem porcinholas ou botões, pernas retas, com passador para por cinto na cintura. Tamanhos 34 ao 48 (a critério do solicitante). CONFORME ANEXO D.	476855	UND	2	5	5	R\$ 77,99	R\$ 389,95
26	RDS181014AU	Saia preta. Com fechamento nas costas com zíper de nylon e botão, em tecido algodão e forro 100% acetato, com 04 pences (duas na parte frontal e duas na parte posterior) com passador para por cinto. Tamanhos 34 ao 48 (a critério do solicitante). CONFORME ANEXO D.	344383	UND	2	3	3	R\$ 75,00	R\$ 225,00
27	RDS181027AU	Paletó preto, compondo calça e paletó estilo regular e ambos apresentando a mesma qualidade, mangas compridas e lisas sem canhão, punhos fechados por ordem de 03 botões pequenos, com bolso embutido do lado esquerdo a altura do peito, com dois bolsos a altura da cintura, material 97% poliéster e 3% elastano, forro 100% acetato, entreteia 100% algodão, lapela estilo notched, ombros com ombreiras, com 03 botões e furos na parte frontal do paletó, nos tamanhos 46 ao 56 (A critério do solicitante). CONFORME ANEXO E.	602211	UND	10	57	57	R\$ 403,92	R\$ 23.023,44
TOTAL								R\$ 75.358,39	

e) Para o uso do 7º Uniforme “B” - feminino, deverão ser observados os seguintes detalhes de composição:

- conjunto insígnia/distintivo, conforme art. 125 a 138;
- insígnias, designativas de posto, graduação, série ou período escolar, conforme art. 91 a 96;
- alamar, conforme art. 70 a 74;
- identificação: tarjeta de acrílico, do lado direito, conforme especificado no art. 63;
- identificação de nacionalidade, tipo dístico, nas condições previstas no art. 67; e
- DOM, conforme art. 118 a 121.

f) O uso do 7º Uniforme “B” - feminino com o jaleco branco de mangas compridas ou mangas curtas e com o sapato preto tipo “soft” antiderrapante está autorizado para atividades de monitoramento de rancho para nutricionista (oficial) e técnica de nutrição (graduada).



Graduada



Jaleco branco de mangas compridas



**Sapato “soft”
antiderrapante**

**Colete****Pulôver****Jaqueta****Jaleco branco de mangas curtas****Jaleco azul****Capa de chuva****Japona****Sobretudo**

e) Para o uso do 7º Uniforme “B” - masculino, deverão ser observados os seguintes detalhes de composição:

- conjunto insígnia/distintivo, conforme art. 125 a 138;
- insígnias, designativas de posto, graduação, série ou período escolar, conforme art. 91 a 96;
- alamar, conforme art. 70 a 74;
- identificação: tarjeta de acrílico, do lado direito, conforme especificado no art. 63;
- identificação de nacionalidade, tipo dístico, nas condições previstas no art. 67; e
- DOM, conforme art. 118 a 121.

f) O uso do 7º Uniforme “B” - masculino com o jaleco branco de mangas compridas ou mangas curtas e com o sapato preto tipo “soft” antiderrapante está autorizado para atividades de monitoramento de rancho para nutricionista (oficial) e técnico de nutrição (graduado).



Graduado



**Jaleco branco de
mangas compridas**



**Sapato “soft”
antiderrapante**



Colete



Pulôver



Jaqueta



Jaleco branco de mangas curtas



Jaleco azul



Capa de chuva



Japona



Sobretudo

Art. 42. O 12º Uniforme “A”, utilizado nas atividades de subsistência para chefes de cozinha, cozinheiro e auxiliar de cozinha, apresenta a seguinte estrutura:

I - 12º Uniforme “A”

a) Categoria

- suboficiais;
- sargentos;
- cabos; e
- taifeiros.

b) Composição

- dólma branco;
- camiseta branca;
- calça branca;
- meio avental branco em tecido (para manipulação em áreas quentes);
- avental branco em PVC (para função de açougueiro e pré-preparo de hortifruti);
- sapato branco para cozinheiro; e
- meia branca.

c) Uso facultativo

- segunda pele branca.

d) Uso eventual

- gorro para chefe de cozinha.



Suboficial

e) Para o uso do 12º Uniforme “A”, deverão ser observados os seguintes detalhes de composição:

- conjunto insígnia/distintivo, conforme art 125 a 138; e
- identificação: tarjeta em tecido azul-aeronáutica, conforme especificado no art. 61.

f) Os cozinheiros e auxiliares de cozinha devem utilizar touca branca descartável.



Meio avental branco



Avental em PVC

Art. 43. O 12º Uniforme “B”, utilizado nas atividades de subsistência para trabalhos em copa, sem contato com manipulação de alimentos, apresenta a seguinte estrutura:

I - 12º Uniforme “B”

a) Categoria

- suboficiais;
- sargentos;
- cabos;
- soldados; e
- taifeiros.

b) Composição

- camiseta branca;
- calça branca;
- meia bota branca de PVC; e
- meia branca.

c) Uso facultativo

- segunda pele branca; e
- jaqueta impermeável azul-aeronáutica.

d) Uso eventual

- avental branco em PVC.



Sem avental em PVC

e) Para o uso do 12º Uniforme “B”, deverá ser observado o seguinte detalhe de composição:

- identificação: impressa na camiseta, conforme especificado nos art. 64 e 65.



Com avental em PVC



**Jaqueta impermeável
azul-aeronáutica**

Art. 44. O 12º Uniforme “C”, utilizado nas atividades de subsistência para trabalhos em refeitórios (arrumadores), apresenta a seguinte estrutura:

I - 12º Uniforme “C” - feminino

a) Categoria

- suboficiais; e
- sargentos.

b) Composição

- camisa feminina branca de mangas curtas ou camisa feminina branca de mangas compridas;
- gravata feminina preta (uso exclusivo com camisa feminina branca de mangas compridas);
- calça feminina preta ou saia preta;
- cinto preto de couro;
- sapato feminino preto de salto médio ou baixo; e
- meia-calça social lisa cor da pele, com saia, ou meia preta quando usando calça.

c) Uso facultativo

- segunda pele branca; e
- camiseta branca.

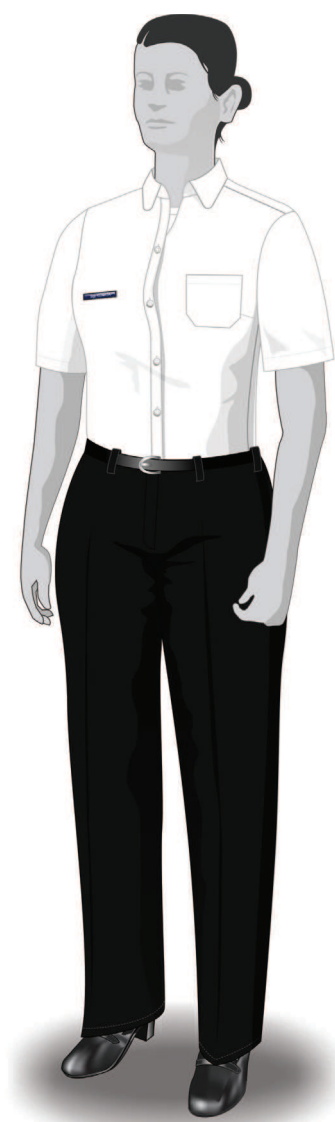


**Mangas compridas
com calça**

d) Para o uso do 12º Uniforme “C” - feminino, deverá ser observado o seguinte detalhe de composição:

- identificação: tarjeta em acrílico azul-aeronáutica, conforme especificado no art. 63.

e) O uso da camisa feminina branca de mangas compridas ou curtas é determinado pelos Comandantes, Chefes ou Diretores das OM, respeitando-se as condições climáticas.



Mangas curtas com calça



**Mangas compridas
com saia**



Mangas curtas com saia

II - 12º Uniforme “C” - masculino**a) Categoria**

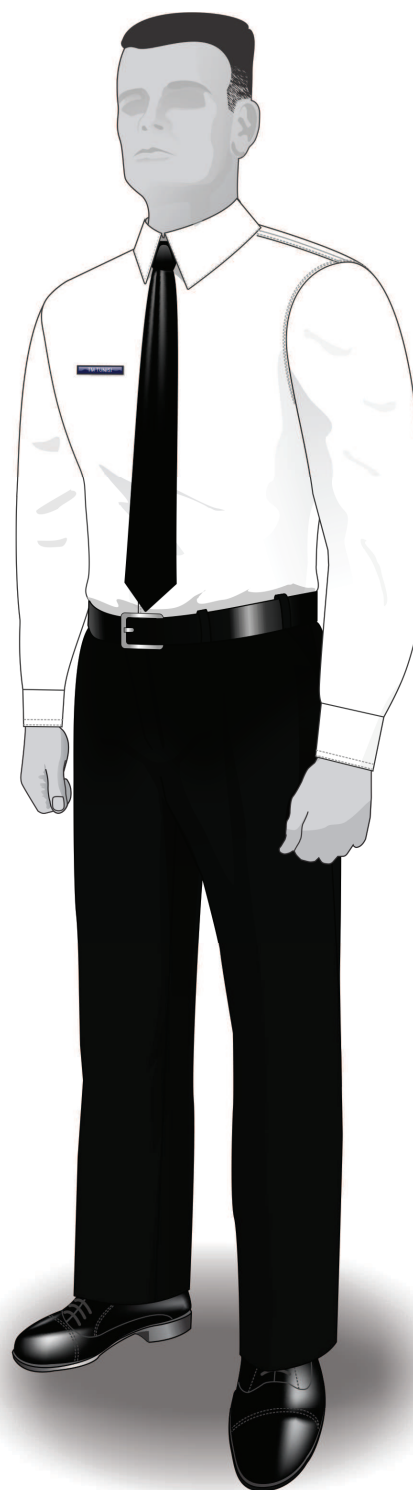
- suboficiais;
- sargentos;
- cabos;
- soldados; e
- taifeiros.

b) Composição

- camisa masculina branca de mangas compridas ou camisa masculina branca de mangas curtas;
- gravata vertical preta;
- calça preta,
- cinto preto de couro;
- sapato preto; e
- meia preta.

c) Uso facultativo

- segunda pele branca; e
- camiseta branca.

**Mangas compridas**



d) Para o uso do 12º Uniforme “C” - masculino, deverá ser observado o seguinte detalhe de composição:

- identificação: tarjeta em acrílico azul-aeronáutica, conforme especificado no art. 63.

e) O uso da camisa masculina branca de mangas compridas ou curtas é determinado pelos Comandantes, Chefes ou Diretores das OM, respeitando-se as condições climáticas.



Mangas curtas

Art. 45. O 12º Uniforme “D”, utilizado nas atividades de subsistência para trabalhos especiais em refeitório, de comissaria de bordo e de comissaria de bordo especial (transporte de autoridades), apresenta a seguinte estrutura:

I - 12º Uniforme “D” - feminino

a) Categoria

- suboficiais; e
- sargentos.

b) Composição

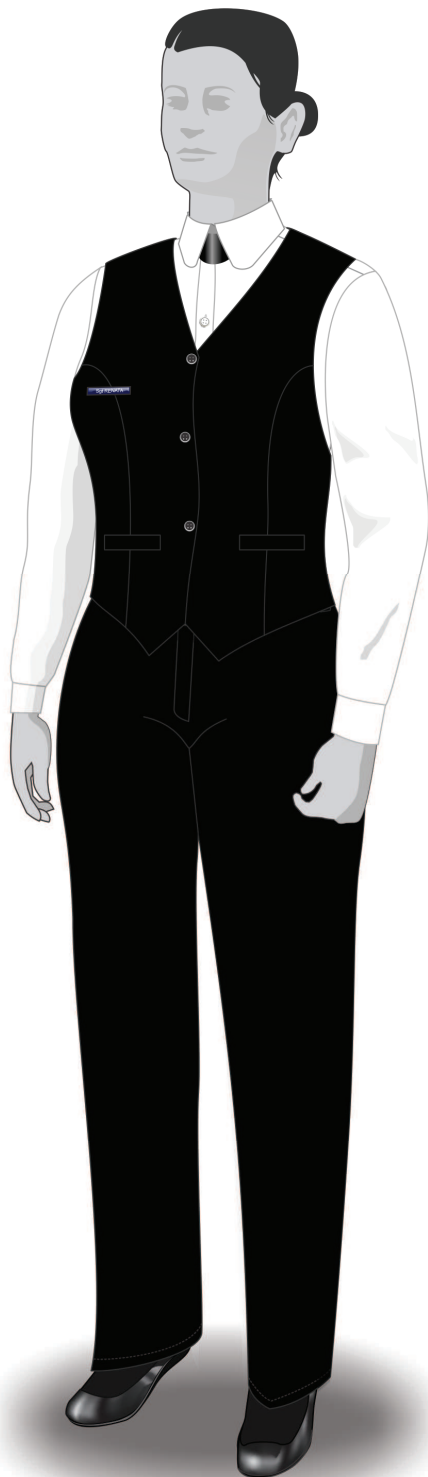
- colete preto;
- camisa feminina branca de mangas compridas;
- gravata feminina;
- calça feminina preta ou saia preta;
- cinto preto de couro;
- sapato feminino preto de salto médio ou baixo; e
- meia-calça social lisa cor da pele, com saia, ou meia social preta quando usando calça.

c) Uso facultativo

- segunda pele branca;
- sobretudo preto para comissária; e
- camiseta branca.

d) Uso eventual

- blazer feminino preto; e
- meio-avental preto.



Com calça

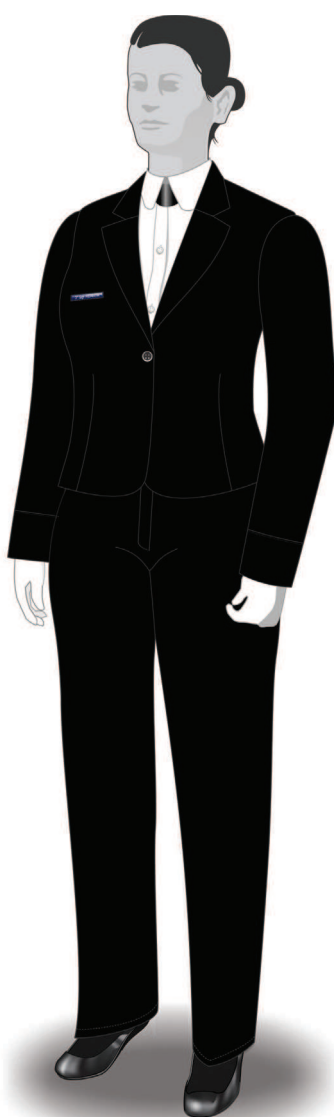
e) Para o uso do 12º Uniforme “D” - feminino, deverá ser observado o seguinte detalhe de composição:

- identificação: tarjeta em acrílico azul-aeronáutica, conforme especificado no art. 63.

f) O uso do colete é facultativo quando em conjunto com o blazer.



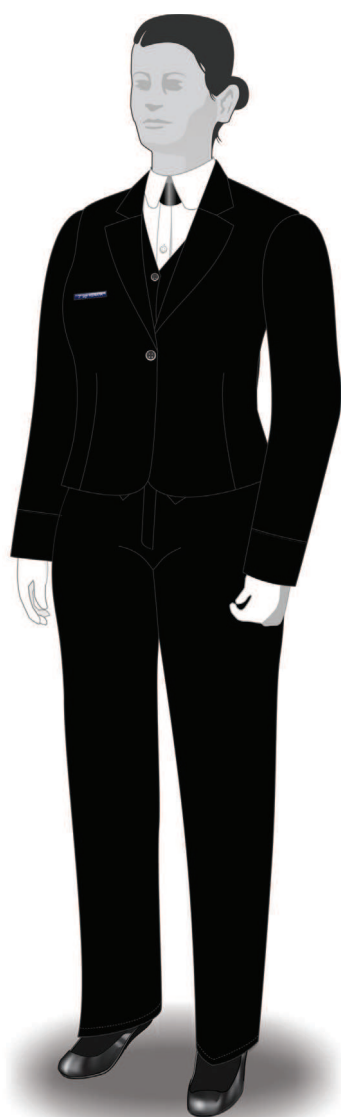
Com saia



Blazer e calça



Blazer e saia



Blazer com colete



Meio avental preto



Sobretudo

II - 12º Uniforme “D” - masculino**a) Categoria**

- suboficiais;
- sargentos;
- cabos;
- soldados; e
- taifeiros.

b) Composição

- colete preto;
- camisa masculina branca de mangas compridas;
- gravata vertical preta;
- calça preta;
- cinto preto de couro;
- sapato preto; e
- meia social preta.

c) Uso facultativo

- segunda pele branca;
- sobretudo preto para comissário; e
- camiseta branca.

d) Uso eventual

- paletó preto; e
- meio-avental preto.

**Colete**

e) Para o uso do 12º Uniforme “D” - masculino, deverá ser observado o seguinte detalhe de composição:

- identificação: tarjeta em acrílico azul-aeronáutica, conforme especificado no art. 63.

f) Observações:

- o uso do colete é facultativo quando em conjunto com o paletó; e

- a gravata vertical preta pode ser substituída pela gravata horizontal a critério do Comandante, Chefe ou Diretor das OM, ou do chefe do rancho, para atender às exigências do evento.



Meio avental preto



Paletó sem colete



Paletó com colete



Sobre-tudo

BASE AEREA DE NATAL - BANT

Estudo Técnico Preliminar 104/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 67222.010320/2025-09

2. Descrição da necessidade

2.1 A Base Aérea de Natal é uma organização do Comando da Aeronáutica (COMAER), criada pelo Decreto Lei N° 4.142 de 02 março de 1942, que tem por finalidade coordenar, controlar e executar as atividades administrativas de apoio necessárias ao funcionamento das organizações do Comando da Aeronáutica, sediadas em Parnamirim e Natal/RN. Nesse diapasão, a Portaria GABAER N° 24/GC3, de 21 de janeiro de 2021, estabelece na qualificação de Organização Militar apoiada pela Base Aérea de Natal, as seguintes Unidades: Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), Destacamento de Engenharia da COMARA em Natal (DECO-NT), Serviço Regional de Infraestrutura da Aeronáutica de Natal (SERINFRA-NT), Núcleo do Hospital de Aeronáutica de Natal (NuHANT), Grupo de Instrução Tática Especializada (GITE), Prefeitura de Aeronáutica de Natal (PANT), Primeiro do Décimo Primeiro Grupo de Aviação (1°/11° GAv), Primeiro do Oitavo Grupo de Aviação (1°/8° GAv), Primeiro do Quinto Grupo de Aviação (1°/5° GAv), Segundo do Quinto Grupo de Aviação (2°/5° GAv), Segundo Esquadrão de Transporte Aéreo (2° ETA) e a própria Base Aérea de Natal (BANT), atuando em áreas específicas, que juntas contribuem para o bom funcionamento da Guarnição.

2.2 Nesse contexto, a Seção de Subsistência (SSUB) exerce função indispensável ao cumprimento da atividade final da BANT, qual seja o recebimento, o armazenamento, a preparação e a distribuição das refeições diárias, a saber café da manhã, almoço, jantar e ceia ao efetivo da Guarnição de Aeronáutica de Natal (GUARNAE-NT), bem como lanches de bordo às tripulações das aeronaves que pousam e decolam do aeródromo nela localizado e apoio a eventos institucionais preconizados pelo COMAER, tudo de acordo com as instruções contidas no módulo 8 da MCA 172-4 e demais regulamentos do Sistema de Subsistência da Aeronáutica.

2.3 Além de seu serviço principal de atendimento da GUARNAE-NT, a SSUB provê ainda a alimentação diária a uma média de 300 crianças favorecidas pelo Programa Forças no Esporte (PROFESP), o qual encontra amparo no Decreto 10.085, de 05 de novembro de 2019.

2.4 Convém ressaltar que além da Seção de Subsistência localizada na sede da BANT, este Setor também tem a responsabilidade de gerir a Seção de Subsistência Remota, localizada no Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI) e prestar apoio de alimentação aos militares deslocados para cumprimento de serviço no Estande de Tiro de Maxaranguape (ETMX).

2.5 Nesse contexto, a Seção de Subsistência, atualmente, é o setor responsável pela alimentação de uma média de 2.000 comensais entre militares e civis do COMAER, diariamente. Além de prestar apoio a 300 crianças atendidas pelo PROFESP. Dessa maneira, o número de comensais atendidos pode chegar a 2.300 pessoas. Compete ainda destacar que o setor possui serviço essencial ao funcionamento da Unidade, uma vez que a paralisação, certamente, comprometeria o pleno funcionamento não só da Base Aérea, como de suas Unidades Apoiadas, as quais exercem funções importantes de segurança e defesa do território nacional.

2.6 As refeições fornecidas têm como objetivo atender os gastos energéticos do efetivo durante suas atividades, tratando-se de um cardápio básico necessário para atingir uma alimentação equilibrada entre os nutrientes. Ressalta-se que os cardápios são elaborados por uma nutricionista com base no guia alimentar para a população brasileira, buscando-se sempre a melhor relação entre custo-benefício e variedade de alimentos, de maneira a satisfazer o público-alvo, evitar desperdícios e garantir a melhor alocação dos recursos orçamentários.

2.7 Diante do exposto, percebe-se a necessidade de diversos tipos de materiais e serviços para a realização dos processos da SSUB, dentre eles a Aquisição de Uniformes para a Seção de Subsistência da BANT, conforme descrições desse processo de aquisição.

2.8 Para que os militares desempenhem os serviços de cozinheiro e arrumador no setor é necessário que estejam utilizando uniformes adequados à atividade que desenvolvem. Para isso a Força Aérea Brasileira possui o RCA 35-2/2023 - REGULAMENTO DE UNIFORMES PARA MILITARES DA AERONÁUTICA, que versa sobre a padronização de uniformes para as diversas atividades desenvolvidas no âmbito do COMAER dentre as quais enquadra-se o serviço de taifa para cozinheiros e arrumadores.

2.9 Nessa senda, a Subdiretoria de Abastecimento (SDAB), órgão sistêmico no COMAER responsável pelas padronizações e orientações acerca do serviço de subsistência, definiu por meio do Ofício N° 96/AB4-1/9418, de 12 de junho de 2025, Protocolo COMAER nº 67420.009027/2025-54, que as peças do 12° Uniforme RUMAER destinado às atividades desempenhadas no âmbito dos Serviços de Subsistência deverão ser realizadas de forma descentralizada, ou seja, pela própria Organização Militar demandante, conforme Anexo A.

2.10 Diante do exposto, seguindo as orientações do órgão sistêmico e considerando que a utilização dos uniformes padronizados é obrigatória para todos os militares do setor, a aquisição de uniformes para a seção de subsistência, conforme descrições desse processo, é necessária para quê se dê continuidade às atividades realizadas no setor.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Subsistência	TAMILE DOS SANTOS CUNHA PEREIRA Cap Int

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Com base na Instrução Normativa no 01/2010/SLTI/MPOG, serão exigidos os seguintes critérios de sustentabilidade:

- a) Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- b) Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- d) Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil- olibromados (PBDEs).

5. Levantamento de Mercado

Para fins de análise, foram levantadas as seguintes soluções pela Equipe de Planejamento da Contratação;

Solução 1: Análise de itens similares que possam eventualmente constar nas Atas de Registro de Preços (SRP) vigentes, gerenciadas pela BANT.

Análise: INVIÁVEL. Quanto às Atas de Registro de Preços Vigentes, não foram verificados itens similares para aquisição que ainda estejam com disponibilidade, sem que haja a interrupção do atendimento da demanda desses itens, conforme consulta no Sistema Integrado de Logística de Material e de Serviços.

Solução 2: Adesão às Atas de Registro de Preços (SRP) vigentes e gerenciadas por outros órgãos da Administração Pública.

Análise: INVIÁVEL. Tendo em vista a quantidade necessária dos itens a serem licitados, não seria viável e não há disponibilidade em demais processos de Registro de Preços de outros órgãos para atendimento da demanda deste Setor.

Solução 3: Realização de pregão eletrônico, na modalidade de Registro de Preços.

Análise: VIÁVEL. A licitação por meio do SRP é uma alternativa adequada para proporcionar celeridade ao processo de aquisição de bens com melhor custo-benefício à Administração, com economicidade de recursos públicos auferidos por meio do Pregão Eletrônico, visto que possibilita a redução de estoques e pessoal envolvidos nos almoxarifados, bem como reduz-se a margem de erro na hora da compra, pois se compra de forma parcelada, conforme a demanda daquele momento.

Com base nestas análises e informações, a Equipe de Planejamento da Contratação apresenta abaixo a solução que será adotada para a contratação:

Solução 4: Realização de pregão eletrônico.

Tal escolha deu-se por conta de a utilização da Ata SRP apresentar-se como opção consolidada em outros órgãos públicos, em como na forma e condições de aquisição de empresas privadas, indicando, portanto, a adequação das condições estipuladas os requisitos padrões de mercado, o que está alinhada às necessidades de cada item contemplados neste estudo. Devido à natureza dos itens a serem adquiridos, verificou-se que a solução apresentada é a única exequível, além de ser economicamente viável, mostrando-se a opção mais adequada e vantajosa à instituição.

6. Descrição da solução como um todo

A descrição da solução como um todo abrange a Aquisição de Uniformes para a Seção de Subsistência da BANT, considerando sempre a economicidade e razoabilidade na utilização regular dos materiais elencados.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A equipe de planejamento optou por utilizar a metodologia proposta no Anexo F do Ofício N° 96/AB4-1/9418, de 12 de junho de 2025, Protocolo COMAER nº 67420.009027/2025-54, o qual dispõe de uma tabela com a quantidade mínima de uniforme a ser distribuída por militar, tempo médio de reposição para cada peça e quantidade a ser fornecida na substituição da peça, conforme consta no anexo B.

Por fim, para o levantamento da quantidade de material a ser adquirido a equipe de planejamento considerou a quantidade mínima de uniforme a ser distribuída por militar e quantidade a ser fornecida na substituição de cada peça no período de 12 meses, o valor obtido foi multiplicado pelo quantitativo de militares que atuam no serviço de subsistência, conforme anexo C. O quantitativo de militares atuando no setor é o que segue abaixo:

- Nutrição: 5 militares do sexo feminino
- Chefes de cozinha, cozinheiro, auxiliar de cozinha: 33 militares do sexo masculino
- Copa e trabalhos sem contato com manipulação de alimentos: 12 militares do sexo masculino
- Trabalhos em refeitórios (arrumadores): 57 militares do sexo masculino

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 309.594,40

O valor total da contratação foi estimado em R\$ 309.594,40 (Trezentos e nove mil quinhentos e noventa e quatro reais e quarenta centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em regra, as compras deverão ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da

competitividade sem perda da economia de escala. O disposto encontra-se aplicável na presente demanda em que o processo foi dividido em tantos itens quantos foram possíveis, ou seja, cada objeto que se pretende adquirir, corresponde a um item do processo.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se verificam contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e aquisição desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Após este estudo preliminar verificamos que a contratação deste certame, é fundamental para a garantia do desempenho das atividades regulares da Seção de Subsistência da BANT.

Com esta contratação será possível manter a operabilidade dos serviços da SSUB, bem como evitar possíveis transtornos e/ou paralisações em decorrência dos itens em voga.

Em atenção ao parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 10.947/2022, o objeto da contratação está previsto no Plano Anual de Aquisições e Contratações (PAAC) de 2025, disposto no Portal da Força Aérea Brasileira (FAB), <https://www2.fab.mil.br/paac/>, conforme detalhamento a seguir:

I. Região/Unidade: Nordeste / BANT

II. Data da publicação no PNCP: 22 de abril de 2024

III. Identificador da Futura Contratação: 120631-169/2025

Aplicação: Seção de Subsistência.

Código da UG beneficiada: 120631.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

O objeto desta demanda subsidiará a aquisição mais vantajosa para a Administração no que diz respeito a Aquisição de Uniformes para a Seção de Subsistência da BANT. Essa aquisição trará benefícios à Administração, proporcionando a prestação de um serviço de subsistência adequado e, conseqüentemente, contribuirá para o sucesso da missão de cada Unidade Apoiada pela Base Aérea de Natal.

13. Providências a serem Adotadas

Organização da Seção de Subsistência para recebimento e armazenagem dos materiais solicitados, bem como planejamento dos pedidos para atendimento das demandas do Setor.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não se verificou possíveis impactos ambientais advindos da presente aquisição. No entanto, com vistas ao desenvolvimento nacional sustentável e para mitigar eventuais imprevistos, os fornecedores deverão observar as normas e orientações em relação à adoção de critérios e procedimentos ambientais, tais como:

1. Utilizar, quando disponíveis no mercado, materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção;
2. Priorizar o emprego de mão-de-obra, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação do objeto;

3. Para a destinação final dos resíduos a contratada deverá seguir o que estipula a determinação do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, através da Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, em conformidade com o modelo especificado pelos órgãos competentes locais;
4. Utilizar obrigatoriamente agregados reciclados, sempre que existir a oferta de agregados reciclados, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais. Todos os resíduos removidos deverão estar acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNTNBR nºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115e 15.116, de 2004, disponibilizando campo específico na planilha de composição dos custos;
5. Utilizar materiais e bens que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs); e
6. Acate as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial as contidas no art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, no Decreto nº 7.746/2012, da Casa Civil, da Presidência da República, e nas contidas na Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS DECOR /CGU /AGU, de abril/2020, 3ª edição, revista, atualizada, ampliada (SEI nº 31916502), no que couber.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SILVIA NATALIA SOARES MENEZES DA SILVA

Ordenadora de Despesas

TAMILE DOS SANTOS CUNHA PEREIRA

Chefe da Seção de Subsistência

MARCOS HENRIQUE DA SILVA COSTA

Membro da Equipe de Planejamento

DAVI CAVALCANTE DANTAS

Membro da Equipe de Planejamento

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 4.1 Anexo I do ETP - Justificativas Complementares - Modelo Comentado (Lei 14.133_21 - Compras e Serviços Comuns).pdf (126.62 KB)
- Anexo II - 4.2 ANEXO II do ETP - Estudo de Demanda - Modelo Comentado (Lei 14.133_21 - Compras e Serviços Comuns).pdf (158.12 KB)
- Anexo III - 4.3 Anexo pregão 36.pdf (1.97 MB)
- Anexo IV - 4.4 Anexo A ofício 96 AB4.pdf (479.87 KB)
- Anexo V - 4.5 Anexo B do ofício 96 AB4.pdf (36.86 KB)
- Anexo VI - 4.6 Anexo C Dimensionamento da Demanda.pdf (32.86 KB)



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
BASE AÉREA DE NATAL**

PAG: 67222.010320/2025-09

**ANEXO I AO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS
COMPLEMENTARES**

O presente documento visa destacar as justificativas técnicas relevantes referentes aos elementos necessários para cumprimento ao disposto no artigo 18, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021, com vistas a subsidiar a elaboração do Termo de Referência.

Tal processo tem por objeto a Aquisição de Uniformes para a Seção de Subsistência da BANT.

1. Da utilização de Cota Reservada

Verifica-se que, na presente licitação, nenhum dos itens apresenta valor estimado superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Dessa forma, em conformidade com o disposto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, a totalidade do certame foi destinada à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, promovendo-se, assim, o tratamento diferenciado e favorecido previsto na legislação.

2. Da natureza comum do objeto da licitação

O objeto desta licitação é de natureza comum, tendo em vista que atende ao requisitos dispostos no art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/21 em que consideram-se bens e serviços comuns *“aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.”*

3. Do fornecimento contínuo ou não contínuo

O fornecimento do objeto desta licitação ocorrerá sob demanda, por meio de Ata de Registro de Preços, não sendo uma contratação continuada, pois os materiais serão solicitados apenas conforme a necessidade operacional.

4. Da Garantia da Contratação

Por ser uma compra de bens comuns, conforme descrito neste documento, não se faz oportuna a exigência de garantia visto que o objeto será cumprido no momento da entrega do material e que tal exigência elevaria os custos da contratação.

5. Opção de Sistema de Registro de Preços

A pretensa contratação adotará o Sistema de Registro de Preços. Tal escolha deu-se por conta de a utilização da Ata SRP apresentar-se como opção consolidada em outros órgãos públicos, bem como na forma e condições de aquisição de empresas privadas, indicando, portanto, a adequação das condições estipuladas aos requisitos padrões de mercado, o que está alinhada às necessidades de cada item contemplados neste estudo. Devido à natureza dos itens a serem adquiridos, verificou-se que a solução apresentada é a única exequível, além de ser economicamente viável, mostrando-se a opção mais adequada e vantajosa à instituição.

Paramirim, 26 de junho de 2025

(assinado eletronicamente)

TAMILE DOS SANTOS CUNHA PEREIRA Cap Int
Chefe da Seção de Subsistência

(assinado eletronicamente)

DAVI CAVALCANTE DANTAS 2S TAR
Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

Aprovado por:

(assinado eletronicamente)

SILVIA NATÁLIA SOARES MENEZES DA SILVA Cel Int
Ordenadora de Despesas



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
BASE AÉREA DE NATAL

PAG: 67222.010320/2025-09

ANEXO II DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ESTUDO DE DEMANDA

1 ANEXOS

A. Mapa Comparativo

2 ASSUNTO

Trata o presente documento de apresentar o levantamento do quantitativo de demanda para atendimento da necessidade administrativa para o processo de Aquisição de Uniformes para a Seção de Subsistência da BANT, de maneira a dispor os esclarecimentos acerca da metodologia utilizada para a previsão idônea dos quantitativos estimados para a licitação.

3 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A Administração Pública deve estimar, de forma clara e precisa, o quantitativo demandado para o atendimento da necessidade administrativa, bem como evitar ao máximo o superdimensionamento e o levantamento de estimativas genéricas, sem respaldo em elementos técnicos que evidenciem a exata correlação entre a quantidade estimada e a demanda.

Nesse sentido, a Lei nº 14.133/2021, dispõe que:

Art 18.

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

(...)

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

(...)

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

I - condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado;

II - processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente;

III - determinação de unidades e quantidades a serem adquiridas em função de consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas, admitido o fornecimento contínuo;

IV - condições de guarda e armazenamento que não permitam a deterioração do material;

V - atendimento aos princípios:

a) da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;

c) da responsabilidade fiscal, mediante a comparação da despesa estimada com a prevista no orçamento.

§ 1º O termo de referência deverá conter os elementos previstos no inciso XXIII do caput do art. 6º desta Lei, além das seguintes informações:

I - especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança;

II - indicação dos locais de entrega dos produtos e das regras para recebimentos provisório e definitivo, quando for o caso;

III - especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso.

De modo complementar, o Manual Eletrônico de Contratações Públicas do COMAER (versão atualizada em 06 de fevereiro de 2023), dispõe que:

Seção I - Da Demanda

2.2.17 Deve-se considerar, para fins de levantamento de demanda, a quantidade do bem ou serviço efetivamente utilizado e recebido em exercícios anteriores, limitado aos últimos três anos, e não as quantidades outrora licitadas ou empenhadas, bem como, outros fatores que impactem o consumo do bem ou do serviço.

2.2.18 A demanda registrada em Processo Administrativo de Gestão deverá guardar conformidade com as reais necessidades da UG requisitante sob pena de possível responsabilização dos agentes públicos envolvidos, seja ela Apoiada ou de Apoio.

2.2.19 As medidas estabelecidas no presente manual visam a evitar o superdimensionamento de certames licitatórios, o que configura sério risco à Administração do COMAER.

2.2.20 O levantamento da demanda relacionada às aquisições vegetativas e não vegetativas de natureza recorrente são responsabilidade da UG de Apoio, fundamentada na série histórica da demanda, no Termo de Oficialização da Demanda (TOD) e fatores que impactem na necessidade pelo bem e serviço.

2.2.21 No que diz respeito às aquisições de natureza não vegetativas de natureza recorrente, a UG Apoiada deverá registrar suas necessidades por meio de Termo de Oficialização de Demanda, aprovado pelo Ordenador de Despesas ou pelo Dirigente Máximo da UG requisitante que não possuir a figura do Ordenador de Despesas em sua estrutura, contendo justificativa da necessidade, quantidade, metodologia de cálculo da demanda e local de entrega

2.2.22 Quanto às aquisições de interesse exclusivo, compete à UG requisitante o planejamento da aquisição, que compreende a elaboração de estudo técnico preliminar, do Gerenciamento de Riscos e do projeto básico/termo de referência.

2.2.23 Deverá ser analisada pela UG requisitante a conformidade do objeto do certame com indicadores físicos, tais como área construída, área verde, efetivo apoiado, ou outros julgados pertinentes, de acordo com as especificidades do objeto.

2.2.24 Deverá ser evidenciada, no processo, a compatibilidade orçamentária da demanda apresentada em relação à previsão de disponibilidade creditícia para custeio das despesas decorrentes.

2.2.25 A memória de cálculo da demanda, bem como todos os seus elementos demonstrativos de compatibilidade física e orçamentária, deverão constar obrigatoriamente da justificativa da aquisição.

Isto posto, o presente estudo foi elaborado seguindo as orientações supracitadas.

4 METODOLOGIA EMPREGADA:

De início, foi levantado o total de itens e quantidades do último pregão: 036/2023 (retirado do SILOMS e anexo ao processo), no qual foram adquiridos uniformes semelhantes para os militares de serviço de taifa, nas funções de arrumador e cozinheiro, bem como para as profissionais da área de Nutrição. Esses uniformes são destinados às atividades desenvolvidas nas seções de cozinha e salão da Base Aérea de Natal, sendo considerados itens essenciais à apresentação pessoal, padronização visual e às exigências sanitárias e funcionais próprias do ambiente de preparo e distribuição de alimentos.

Além de que, a Subdiretoria de Abastecimento (SDAB), órgão sistêmico no COMAER, responsável pelas padronizações e orientações acerca do serviço de subsistência, definiu por meio do Ofício N° 96/AB4-1/9418, de 12 de junho de 2025, Protocolo COMAER n° 67420.009027/2025-54, que as peças do 12° Uniforme RUMAER destinado às atividades desempenhadas no âmbito dos Serviços de Subsistência deverão ser realizadas de forma descentralizada, ou seja, pela própria Organização Militar demandante.

A estimativa atual foi elaborada com base na avaliação da rotina operacional das seções envolvidas, no efetivo atualmente empregado nas atividades, e na necessidade de reposição de peças desgastadas pelo uso contínuo. Considerou-se, ainda, o acréscimo de quantitativo para atendimento a novas incorporações previstas e à substituição programada de uniformes já depreciados, assegurando-se, assim, a manutenção do padrão exigido para o desempenho adequado das funções e o cumprimento das normas de higiene e segurança alimentar.

As quantidades foram ajustadas com base na experiência administrativa dos setores requisitantes e visam garantir o fornecimento adequado durante o período de vigência da contratação, com margem de segurança para atender a eventuais variações no efetivo ou demandas emergenciais.

5 CONCLUSÃO:

Do exposto, evidencia o levantamento das necessidades desta Unidade em relação ao objeto em comento, bem como a compatibilidade orçamentária da demanda apresentada em relação à previsão de disponibilidade creditícia para custeio das despesas decorrentes.

Parnamirim, 26 de junho de 2025.

Elaborado por:

(Assinado Eletronicamente)
TAMILE DOS SANTOS CUNHA PEREIRA Cap Int
Chefe da Seção de Subsistência

Aprovado por:

(Assinado Eletronicamente)
SILVIA NATÁLIA SOARES MENEZES DA SILVA Cel Int
Ordenadora de Despesas

Processo Licitatório 67222.003010/2023-68

Detalhes do Certame

Certame

P230001

Nº do Processo SIASG (numero/ano)

036/2023

Critério da Licitação

Menor Preço

Informação Adicional

Tipo Objeto

Compra

Tipo do Pregão

Eletrônico

Registro de Preços

Sim

Validade

14/08/2024

Opção Transp.

11

NÃO TEM OPÇÃO DE TRANSPORTE

Condição de Pagamento

22

DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE

Observação

Justificativa

Publicar DO

Não

Data 1

Data 2

Data 3

Entrega do Edital

Data da Emissão

Status

Remetida ao SIASG

Abertura

19/07/2023

12:11

Local Entrega

✓

Unidade de Entrega

BANT

Detalhes do PAG

PAG / NUP

67222.003010/2023-68

Tipo

Aquisição

Data

30/03/2023

Origem

BANT 685

Modalidade

Pregão

Status

Remetida ao SIASG

Fundamento Legal

Objeto Resumido

AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA A SEÇÃO DE SUBSISTÊNCIA DA BANT

Observação

Ações

Ver Fornecedores

Requisições do Certame

Unidades Autorizadas (SE)

Detalhes das Requisições do Certame

Filtros

PAM/S ☒Mostrar Apenas Requisições Mães



Gerar Lista Material

Incluir Requisições

	Requisição	Item SIASG	Status da Requisição	PAM/S	Qtd. Solicitada	Descrição	Tipo	Data
<input type="checkbox"/>	RDR291001AU	<input type="text" value="1"/>	Item Homologado/ Mapa Aprovado	0210/ SUB_A1/2024	20,0000000000	JALECO BRANCO DE MANGAS COMPRIDAS. JALECO EM TECIDO 67% POLIESTER E 33% ALGODÃO, MANGA LONGA. COR BRANCA, TIPO BATA, NOS TAMANHOS P, M, G E XG (A CRITÉRIO DO SOLICITANTE), TAMANHO CORPO TODO. FECHAMENTO EM BOTÕES, BOLSO FRONTAL NO LADO SUPERIOR ESQUERDO E DOIS BOLSOS INFERIORES. NUTRICIONISTA/ TÉCNICA DE NUTRIÇÃO. CONFORME ANEXO A.	Material não listado	17/10/2024 08:40
<input type="checkbox"/>	RDR291002AU	<input type="text" value="2"/>	Item Homologado/ Mapa Aprovado	0210/ SUB_A1/2024	20,0000000000	JALECO BRANCO DE MANGAS CURTAS. JALECO EM TECIDO 67% POLIESTER E 33% ALGODÃO, MANGA CURTA. COR BRANCA, TIPO BATA, NOS TAMANHOS P, M, G E XG (A CRITÉRIO DO SOLICITANTE). FECHAMENTO EM BOTÕES, BOLSO FRONTAL NO LADO SUPERIOR ESQUERDO E DOIS BOLSOS INFERIORES. NUTRICIONISTA/TÉCNICA DE NUTRIÇÃO. CONFORME ANEXO A.	Material não listado	17/10/2024 08:40
<input type="checkbox"/>	RDR291003AU	<input type="text" value="3"/>	Item Homologado/ Mapa Aprovado	0210/ SUB_A1/2024	15,0000000000	SAPATO PRETO TIPO "SOFT" ANTIDERRAPANTE. COM PALMILHA EM 3 CAMADAS COM NANO TECNOLOGIA E TRATAMENTO ANTIMICROBIANO. TAMANHOS 35 AO 44 (A CRITÉRIO DO SOLICITANTE). NUTRICIONISTA/TÉCNICA DE NUTRIÇÃO/RESPONSÁVEL POR ESTOQUE. CONFORME ANEXO A.	Material não listado	17/10/2024 08:40
<input type="checkbox"/>	RDR291004AU	<input type="text" value="4"/>	Item Homologado/ Mapa Aprovado	0210/ SUB_A1/2024	231,0000000000	DOLMA PROFISSIONAL PARA COZINHEIRO, MANGA LONGA, NA COR BRANCA, TECIDO 65% ALGODÃO E 35% POLIESTER, TAMANHO 40 AO 50 (A CRITÉRIO DO SOLICITANTE). CONFORME ANEXO B.	Material não listado	17/10/2024 08:40
<input type="checkbox"/>	RDR291005AU	<input type="text" value="5"/>	Item Homologado/ Mapa Aprovado	0210/ SUB_A1/2024	315,0000000000	CALÇA BRANCA PARA COZINHEIRO, TECIDO BRIM 65% ALGODÃO E 35% POLIÉSTER, AVIAMENTO COM ELÁSTICO CHATO REFORÇADO E CADARÇO ROLIÇO DE POLIÉSTER, SEM BOLSOS, NOS TAMANHOS 38 AO 52 (À CRITÉRIO DO SOLICITANTE). CHEFES DE COZINHA, COZINHEIRO, AUXILIAR DE COZINHA. CONFORME ANEXO B.	Material não listado	17/10/2024 08:40
<input type="checkbox"/>	RDR291006AU	<input type="text" value="6"/>	Item Homologado/ Mapa Aprovado	0210/ SUB_A1/2024	264,0000000000	MEIO AVENTAL BRANCO, TECIDO MISTO EM SARJA 65% ALGODÃO E 35% POLIÉSTER (PARA MANIPULAÇÃO EM ÁREAS QUENTES). AVENTAL MEIO CORPO, EM TAMANHO ÚNICO, COM TIRAS LATERAIS DE AMARRAÇÃO. TAMANHOS PP, P, M, G, GG E XG. CONFORME ANEXO B.	Material não listado	17/10/2024 08:40
<input type="checkbox"/>	RDR291007AU	<input type="text" value="7"/>	Item Homologado/ Mapa Aprovado	0210/ SUB_A1/2024	360,0000000000	AVENTAL BRANCO EM PVC (PARA FUNÇÃO DE AÇOUGUEIRO E PRÉ-PREPARO DE HORTIFRUTI), DUPLA FACE, REVESTIDA EM DE PVC EM AMBAS AS FACES. POSSUI 2 TIRAS DO MESMO MATERIAL DO AVENTAL (UMA PARA AJUSTE AO PESCOÇO E OUTRA PARA A CINTURA). TAMANHO CORPO TODO, PARA CHEFES DE COZINHA, COZINHEIRO, AUXILIAR DE COZINHA. CONFORME ANEXO B.	Material não listado	17/10/2024 08:40
<input type="checkbox"/>	RDR291008AU	<input type="text" value="8"/>	Item Homologado/ Mapa Aprovado	0210/ SUB_A1/2024	99,0000000000	SAPATO NA COR BRANCA PARA COZINHEIRO TIPO SOFT WORKS OCUPACIONAL CLASSE 2 (POLIMÉRICO IMPERMEÁVEL). CALÇADO CONFECCIONADO EM MATERIAL POLIMÉRICO INJETADO (FORMANDO O CABEDAL E SOLA UMA PEÇA ÚNICA). CONFORTÁVEL, PALMILHA EM MATERIAL POLIMÉRICO COM REVESTIMENTO EM TECIDO SINTÉTICO COM TRATAMENTO ANTIMICROBIANO NA SUPERFÍCIE SUPERIOR E TNT NA SUPERFÍCIE INFERIOR, SOLADO ANTIDERRAPANTE DE BORRACHA VULCANIZADA, COM SISTEMA DE ABSORÇÃO DE ENERGIA (IMPACTO) NA REGIÃO DO CALCANHAR, MATERIAL FEITO EM EVA (ETILENO ACETATO DE VINIL), NOS TAMANHOS 36 AO 45 (A CRITÉRIO DO SOLICITANTE). PARA CHEFES DE COZINHA, COZINHEIRO, AUXILIAR DE COZINHA. CONFORME ANEXO B.	Material não listado	17/10/2024 08:40
<input type="checkbox"/>	RDR291009AU	<input type="text" value="9"/>	Item Homologado/ Mapa Aprovado	0210/ SUB_A1/2024	99,0000000000	GORRO PARA CHEFE DE COZINHA, NA COR BRANCA, MATERIAL TECIDO MISTO EM SARJA 65% ALGODÃO E 35% POLIÉSTER. COM ABERTURA TRASEIRA PARA AJUSTAR TAMANHO. CHEFES DE COZINHA, COZINHEIRO, AUXILIAR DE COZINHA. TAMANHOS 45 AO 60 (A CRITÉRIO DO SOLICITANTE) CONFORME ANEXO B.	Material não listado	17/10/2024 08:40

<input type="checkbox"/>	RDR291009AU	<input type="text" value="9"/>	Item Homologado/ Mapa Aprovado	0210/ SUB_A1/2024	99,0000000000	GORRO PARA CHEFE DE COZINHA, NA COR BRANCA, MATERIAL TECIDO MISTO EM SARJA 65% ALGODÃO E 35% POLIÉSTER. COM ABERTURA TRASEIRA PARA AJUSTAR TAMANHO. CHEFES DE COZINHA, COZINHEIRO, AUXILIAR DE COZINHA. TAMANHOS 45 AO 60 (A CRITÉRIO DO SOLICITANTE) CONFORME ANEXO B.	Material não listado	17/10/2024 08:40
<input type="checkbox"/>	RDR291010AU	<input type="text" value="10"/>	Item Homologado/ Mapa Aprovado	0210/ SUB_A1/2024	36,0000000000	MEIA BOTA BRANCA PVC, IMPERMEÁVEL, COM RESISTÊNCIA QUÍMICA, SISTEMA DE ABSORÇÃO DE ENERGIA NO SOLADO E PROPRIEDADES ANTIDERRAPANTE. NOS TAMANHOS 37 AO 46 (A CRITÉRIO DO SOLICITANTE). CONFORME ANEXO C.	Material não listado	17/10/2024 08:40
<input type="checkbox"/>	RDR291011AU	<input type="text" value="11"/>	Item Homologado/ Mapa Aprovado	0210/ SUB_A1/2024	20,0000000000	CAMISA FEMININA BRANCA DE MANGAS CURTAS, TECIDO 100% ALGODÃO. ESTILO TRADICIONAL, COM 07 BOTÕES, COM BOLSO RETANGULAR DO LADO ESQUERDO NA ALTURA DO PEITO. GOLA COM COLARINHO SOCIAL COM BASE E REFORÇO. TAMANHOS PP, P, M, G, GG E XG (A CRITÉRIO DO SOLICITANTE). CONFORME ANEXO D.	Material não listado	17/10/2024 08:40
<input type="checkbox"/>	RDR291012AU	<input type="text" value="12"/>	Item Homologado/ Mapa Aprovado	0210/ SUB_A1/2024	36,0000000000	CAMISA FEMININA BRANCA DE MANGAS COMPRIDAS, ESTILO TRADICIONAL, COM 07 BOTÕES, SEM BOLSO, 100% ALGODÃO, MANGAS LISAS, GOLA COM COLARINHO SOCIAL COM BASE E REFORÇO TAMANHOS PP, P, M, G, GG E XG (A CRITÉRIO DO SOLICITANTE). CONFORME ANEXO D.	Material não listado	17/10/2024 08:40
<input type="checkbox"/>	RDR291013AU	<input type="text" value="13"/>	Item Homologado/ Mapa Aprovado	0210/ SUB_A1/2024	5,0000000000	CALÇA FEMININA PRETA. ESTILO SOCIAL, MATERIAL TECIDO PRETO 97% POLIÉSTER E 3% ELASTANO, FORRO PRETO 100% ACETATO, FECHAMENTO COM ZÍPER DE NAILON E FECHO METÁLICO, FORRO DE CÔS PRONTO, POSSUI UM BOLSO DE CADA LADO. TAMBÉM POSSUI UM BOLSO TRASEIRO DE CADA LADO EM FORMATO RETANGULAR EMBUTIDOS SEM PORTINHOAS OU BOTÕES, PERNAS RETAS, COM PASSADOR PARA POR CINTO NA CINTURA. TAMANHOS 34 AO 48 (A CRITÉRIO DO SOLICITANTE). CONFORME ANEXO D.	Material não listado	17/10/2024 08:40
<input type="checkbox"/>	RDR291014AU	<input type="text" value="14"/>	Item Homologado/ Mapa Aprovado	0210/ SUB_A1/2024	3,0000000000	SAIA PRETA. COM FECHAMENTO NAS COSTAS COM ZÍPER DE NYLON E BOTÃO, EM TECIDO ALGODÃO E FORRO 100% ACETATO, COM 04 PENCES (DUAS NA PARTE FRONTAL E DUAS NA PARTE POSTERIOR) COM PASSADOR PARA POR CINTO. TAMANHOS 34 AO 48 (A CRITÉRIO DO SOLICITANTE). CONFORME ANEXO D.	Material não listado	17/10/2024 08:40
<input type="checkbox"/>	RDR291015AU	<input type="text" value="15"/>	Item Homologado/ Mapa Aprovado	0210/ SUB_A1/2024	3,0000000000	CINTO PRETO FEMININO BRILHOSO, DE COURO LISO, TIPO SOCIAL, FIVELA EM LATÃO COM ACABAMENTO EM NÍQUEL, A FIVELA É PRESA AO CINTO COM UMA TIRA DO MESMO MATERIAL DO CINTO, COM 05 FUROS. CONFORME ANEXO D.	Material não listado	17/10/2024 08:40
<input type="checkbox"/>	RDR291016AU	<input type="text" value="16"/>	Item Homologado/ Mapa Aprovado	0210/ SUB_A1/2024	2,0000000000	SAPATO FEMININO PRETO DE SALTO MÉDIO (COMISSÁRIA E EVENTOS), COM PALMILHA COM TRÊS CAMADAS, COM SISTEMA DE ABSORÇÃO DE ENERGIA (IMPACTO), SOLADO EM BORRACHA VULCANIZADA ANTIDERRAPANTE, . EM COURO E ANTIBACTERIANO, TAMANHOS 34 AO 44 (A CRITÉRIO DO SOLICITANTE). CONFORME ANEXO D.	Material não listado	17/10/2024 08:40
<input type="checkbox"/>	RDR291017AU	<input type="text" value="17"/>	Item Homologado/ Mapa Aprovado	0210/ SUB_A1/2024	2,0000000000	SAPATO FEMININO PRETO COM ACABAMENTO EXTERNO BRILHANTE, DE SALTO BAIXO, TIPO SOFT CLASSE II, ANTIDERRAPANTE, SOLADO EM BORRACHA VULCANIZADA ANTIDERRAPANTE, PLACA ANTI-TORÇÃO EM MATERIAL POLIMÉRICO RÍGIDO, PALMILHA EM MATERIAL POLIMÉRICO COM REVESTIMENTO EM TECIDO SINTÉTICO COM TRATAMENTO ANTIMICROBIANO NA SUPERFÍCIE SUPERIOR E TNT NA SUPERFÍCIE INFERIOR, COM SISTEMA DE ABSORÇÃO DE ENERGIA (IMPACTO), TAMANHOS 34 AO 44 (A CRITÉRIO DO SOLICITANTE). CONFORME ANEXO D.	Material não listado	17/10/2024 08:40
<input type="checkbox"/>	RDR291018AU	<input type="text" value="18"/>	Item Homologado/ Mapa Aprovado	0210/ SUB_A1/2024	399,0000000000	CAMISA MASCULINA BRANCA DE MANGAS COMPRIDAS, COM MANGAS LISAS, ESTILO TRADICIONAL, TAMANHOS PP, P, M, G, GG E XG (A CRITÉRIO DO SOLICITANTE), COM 07 BOTÕES (COM BOTÃO NO COLARINHO), SEM BOLSO, 67% POLIÉSTER E 33% ALGODÃO E ENTRETELA 100% ALGODÃO. CONFORME ANEXO D.	Material não listado	17/10/2024 08:40
<input type="checkbox"/>	RDR291019AU	<input type="text" value="19"/>	Item Homologado/ Mapa Aprovado	0210/ SUB_A1/2024	399,0000000000	CAMISA MASCULINA BRANCA DE MANGAS CURTAS, COM BARRA NAS MANGAS, ESTILO TRADICIONAL, TAMANHOS PP, P, M, G, GG E XG (A CRITÉRIO DO SOLICITANTE), COM BOTÕES, BOLSO DO LADO ESQUERDO NA ALTURA DO PEITO, 67% POLIÉSTER E 33% ALGODÃO. CONFORME ANEXO D.	Material não listado	17/10/2024 08:40
<input type="checkbox"/>	RDR291020AU	<input type="text" value="20"/>	Item Homologado/ Mapa Aprovado	0210/ SUB_A1/2024	57,0000000000	CINTO PRETO MASCULINO BRILHOSO, DE COURO LISO, TIPO SOCIAL, FIVELA EM LATÃO COM ACABAMENTO EM NÍQUEL, A FIVELA É PRESA AO CINTO COM UMA TIRA DO MESMO MATERIAL DO CINTO, COM 05 FUROS. CONFORME ANEXO D.	Material não listado	17/10/2024 08:40
<input type="checkbox"/>	RDR291021AU	<input type="text" value="21"/>	Item Homologado/ Mapa Aprovado	0210/ SUB_A1/2024	285,0000000000	CALÇA MASCULINA, MATERIAL OXFORD, MODELO SOCIAL, NA COR PRETA, POSSUI CÔS COM PASSANTES E FECHAMENTO FRONTAL POR ZÍPER DE NYLON DE 18CM E FECHOS DE ENCAIXE METÁLICO, ALÉM DE QUATRO BOLSOS (SEND0 DOIS FRONTAIS E DOIS POSTERIORES), ESTES DOIS ÚLTIMOS EMBUTIDOS COM UMA CASA VERTICAL E UM BOTÃO. LINHA 100% (CEM) DE POLIÉSTER; FORRO DE BOLSO 50%(CINQUENTA) DE POLIÉSTER MASCULINO E 50% (CINQUENTA) DE ALGODÃO NA COR PRETA; TAMANHOS 38 AO 56 (A CRITÉRIO DO SOLICITANTE). CONFORME ANEXO D.	Material não listado	17/10/2024 08:40
<input type="checkbox"/>	RDR291022AU	<input type="text" value="22"/>	Item Homologado/ Mapa Aprovado	0210/ SUB_A1/2024	114,0000000000	SAPATO MASCULINO, TIPO ESPORTE FINO, BRILHOSO, MATERIAL COURO LEGÍTIMO NA PARTE INTERNA E EXTERNA, COR PRETA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COM CADARÇO. MIOLO DO SOLADO COM ANTIDERRAPANTE, BICO ARREDONDADO. TAMANHO 37 AO 46 (A CRITÉRIO DO SOLICITANTE). MATERIAL DO SOLADO EM BORRACHA TERMOPLÁSTICA, MATERIAL DO CADARÇO ALGODÃO, MATERIAL PALMILHA U.P(POLIURETANO), PESO APROXIMADO: 830G E ALTURA APROXIMADA DO SALTO 03CM. CONFORME ANEXO D.	Material não listado	17/10/2024 08:40
<input type="checkbox"/>	RDR291023AU	<input type="text" value="23"/>	Item Homologado/ Mapa Aprovado	0210/ SUB_A1/2024	3,0000000000	COLETE PRETO FEMININO, COM 04 BOTÕES PRETOS, EM TECIDO 97% POLIÉSTER E 3% ELASTANO, FORRO EM 100% ACETATO, COM DOIS BOLSOS EXTERNOS EMBUTIDOS UM DE CADA LADO NA PARTE INFERIOR, CADA BOLSO POSSUI DOIS VIVOS, TAMANHO PP, P, M, G, GG E XG . CONFORME ANEXO E.	Material não listado	17/10/2024 08:40
<input type="checkbox"/>	RDR291024AU	<input type="text" value="24"/>	Item Homologado/ Mapa Aprovado	0210/ SUB_A1/2024	3,0000000000	BLAZER FEMININO PRETO. ESTILO REGULAR, COM MANGAS COMPRIDAS E LISAS, INTEIRAMENTE FORRADA, PUNHOS LISOS SEM CANHÃO, COM DOIS BOLSOS EXTERNOS EMBUTIDOS A ALTURA DA CINTURA, EM TECIDO 97% POLIÉSTER E 3% ELASTANO, COM 01 BOTÃO FRONTAL, NOS TAMANHOS PP, P, M, G, GG E XG (A CRITÉRIO DO SOLICITANTE). CONFORME ANEXO E.	Material não listado	17/10/2024 08:40
<input type="checkbox"/>	RDR291025AU	<input type="text" value="25"/>	Item Homologado/ Mapa Aprovado	0210/ SUB_A1/2024	174,0000000000	MEIO-AVENTAL PRETO. TAMANHO ÚNICO, UNISSEX, COM TIRAS NA CINTURA PARA AJUSTAR, COM BOLSO FRONTAL, EM TECIDO 100% POLIÉSTER. CONFORME ANEXO E.	Material não listado	17/10/2024 08:40
<input type="checkbox"/>	RDR291026AU	<input type="text" value="26"/>	Item Homologado/ Mapa Aprovado	0210/ SUB_A1/2024	57,0000000000	COLETE PRETO MASCULINO, SEM BOLSO, COM 05 BOTÕES PRETOS, EM TECIDO MICROFIBRA 97% POLIÉSTER E 3% ELASTANO, COM FORRO EM 100% ACETATO, TAMANHO PP, P, M, G, GG E XG . CONFORME ANEXO E.	Material não listado	17/10/2024 08:40
<input type="checkbox"/>	RDR291027AU	<input type="text" value="27"/>	Item Homologado/ Mapa Aprovado	0210/ SUB_A1/2024	57,0000000000	PALETÓ PRETO, COMPODO CALÇA E PALETÓ ESTILO REGULAR E AMBOS APRESENTANDO A MESMA QUALIDADE, MANGAS COMPRIDAS E LISAS SEM CANHÃO, PUNHOS FECHADOS POR ORDEM DE 03 BOTÕES PEQUENOS, COM BOLSO EMBUTIDO DO LADO ESQUERDO A ALTURA DO PEITO, COM DOIS BOLSOS A ALTURA DA CINTURA, MATERIAL 97% POLIÉSTER E 3% ELASTANO, FORRO 100% ACETATO, ENTRETELA 100% ALGODÃO, LAPELA ESTILO NOTCHED, OMBROS COM OMBREIRAS, COM 03 BOTÕES E FUROS NA PARTE FRONTAL DO PALETÓ, NOS TAMANHOS 46 AO 56 (A CRITÉRIO DO SOLICITANTE). CONFORME ANEXO E.	Material não listado	17/10/2024 08:40



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA

Ofício nº 96/AB4-1/9418
Protocolo COMAER nº 67420.009027/2025-54

Rio de Janeiro, 12 de junho de 2025.

Do Subdiretor de Abastecimento

Aos Comandante do (a) BASM, BAPV, BAFZ, BAFL, BASV, EPCAR, AFA, EEAR, BAAN, BANT, BABV, BACG, CINDACTA 2, BASC, Vice-Chefe do GABAER, Diretor do CLA, Chefe do GAP-BR, GAP-SJ, GAP-RJ, GAP-AF, GAP-DF, GAP-BE, GAP-CO, GAP-MN, GAP-RF, GAP-SP, GAP-LS e GAP-GL e Chefe da SPOG do COMPREP (para conhecimento)

Assunto: Regularização de Uniformes utilizados por Arrumadores, Cozinheiros e Auxiliares na FAB.

Anexo: A. AnexoA_Jaleco_Sapato_Soft(1748 KB);
B. AnexoB_12A(578 KB);
C. AnexoC_12B(603 KB);
D. AnexoD_12C(1047 KB);
E. AnexoE_12D(1591 KB) ;
F. AnexoF_Proposta_quantitativo_percapita(6 KB); e
G. Link especificacoes (0 KB).

1. Ao cumprimentá-lo(a) cordialmente, passo a tratar da necessidade de regularização dos uniformes utilizados por arrumadores, cozinheiros e seus respectivos auxiliares nas Seções de Subsistência, bem como nas Copas das OM Apoiadas e em solenidades institucionais da FAB.

2. Sobre o tema, após um levantamento do atual cenário com os gestores de Subsistência, foi verificado que algumas OM possuem militares em desacordo com o previsto para o uniforme de Serviço Técnico Especializado previsto para as atividades de Subsistência (12º A/B/C/D) no RUMAER RCA 35-2/2023.

3. Nesse sentido, solicito gestões junto ao Gestor de Subsistência para que sejam realizadas as avaliações a seguir:

a) existência de jalecos e sapato "soft", conforme Anexo A, para nutricionistas e técnicas em nutrição (inclusive dos ranchos apoiados em unidades hospitalares);

b) observância dos itens (todos de caráter para proteção individual - EPI) previstos para cozinheiros e auxiliares de cozinha, conforme Anexo B;

c) observância dos itens (todos de caráter para proteção individual - EPI) previstos para trabalhos em copa, sem contato com manipulação de alimentos, conforme Anexo C;

d) observância dos itens previstos para trabalhos em refeitórios (arrumadores), conforme Anexo D (12º C feminino e masculino); e

e) da observância dos itens previstos para trabalhos especiais em refeitórios, comissaria de bordo e de comissaria de bordo especial (transporte de autoridades), conforme Anexo E (12º D feminino e masculino).

4. Em relação à alínea "e" do parágrafo anterior, é importante observar:

- para eventos: a necessidade mínima de camisas de mangas compridas e colete (masculino e feminino);

- para comissaria de bordo: a verificação junto à OM Apoiada (mormente esquadrão aéreo) da necessidade de um ou mais de um acessório do 12º D.

5. Após efetuada a avaliação completa, solicito que essa OM realize as gestões necessárias para a **aquisição dos itens aos arrumadores e cozinheiros das Seções de Subsistência, bem como dos arrumadores das copas nas OM Apoiadas.**

6. Vale ressaltar que a camisa branca de mangas compridas e o sapato preto são itens fornecidos pelo SISPROV e SIFARE, e não deverão ser considerados na aquisição em comento.

7. Destarte, o processo de aquisição deverá considerar as observações a seguir:

a) o quantitativo per capita sugerido no Anexo F (que poderá ser alterado dada às características da localidade - exemplo: maior quantidade de jaquetas em virtude de condições climática mais amenas); e

b) as especificações da SDAB disponibilizadas em <https://www2.fab.mil.br/dirad/> > menu esquerdo "Divisão de Padronização - AB2" > "Especificações Técnicas" > "Especificações para o 12º uniforme - Serviço de Subsistência" (link https://drive.google.com/drive/folders/1IjNkqKsBxvcU8fmks3ZjGaCdZKgA-yFu?usp=drive_link).

8. Para as **OM que já possuam ata** com os itens previstos no RUMAER, deverá ser enviado ofício à SDAB com:

- a data de validade da ata, o valor total e a ND (30 e/ou 39);

- tabela contendo os itens, valores unitários;

- quantidade de militares atendidos por item;

- se a demanda atende totalmente ou se parcialmente (neste caso a previsão de homologação de novo processo).

9. Para as **OM que NÃO possuam ata** com os itens previstos no RUMAER, a OM deverá ter como objetivo a homologação até o mês de setembro (ou antes) considerando não somente a necessidade de manter a apresentação pessoal mas, principalmente, a segurança visto que, principalmente na área operacional, os itens se enquadram como EPI.

10. A necessidade de crédito poderá ser encaminhada à SDAB para atendimento com recursos definidos para a OM no Plano Interno (PI) de Logística - SISUB (do Plano Orçamentário 0006 - Ação 212B, PTRES 168884).

11. Eventuais dúvidas sobre o tema poderão ser sanadas com o Cel Int Rogério, Chefe da Divisão de Subsistência da SDAB por meio do telefone (21) 3289-6448 ou do email rogeriorssg@fab.mil.br.

DELMO SIFRÔNIO FREIRE Cel Int
Subdiretor de Abastecimento



Item	Aplicação/ Peças por atividade	Paginação RUMAER	Quantidade paga por pessoa na incorporação	Tempo médio de reposição	Quantidade paga por pessoa na renovação
jaleco branco de mangas compridas	nutricionista/técnica de nutrição		2	12	2
jaleco branco de magas curtas	nutricionista/técnica de nutrição		2	12	2
sapato preto tipo "soft" antiderrapante	nutricionista/técnica de nutrição/responsável por estoque		2	12	1
12º A – chefes de cozinha, cozinheiro, auxiliar de cozinha					
dólmã branco	chefes de cozinha, cozinheiro, auxiliar de cozinha		5	12	2
camiseta branca	chefes de cozinha, cozinheiro, auxiliar de cozinha		5	12	2
calça branca	chefes de cozinha, cozinheiro, auxiliar de cozinha		5	12	2
meio avental branco em tecido (para manipulação em áreas quentes)	chefes de cozinha, cozinheiro, auxiliar de cozinha		5	12	3
avental branco em PVC (para função de açougueiro e pré-preparo de hortifruti)	chefes de cozinha, cozinheiro, auxiliar de cozinha		5	12	3
sapato branco para cozinheiro	chefes de cozinha, cozinheiro, auxiliar de cozinha		2	12	1
meia branca	chefes de cozinha, cozinheiro, auxiliar de cozinha		5	12	5
segunda pele branca	chefes de cozinha, cozinheiro, auxiliar de cozinha		3	12	3
gorro para chefe de cozinha	chefes de cozinha, cozinheiro, auxiliar de cozinha		2	12	1
insígnia/distintivo (para dólmã)	chefes de cozinha, cozinheiro, auxiliar de cozinha		3	12	3

tarjeta em tecido azul-aeronática (para dólmã)	chefes de cozinha, cozinheiro, auxiliar de cozinha		3	12	3
12º B – copa e trabalhos sem contato com manipulação de alimentos					
camiseta branca (nome/gládio)	Efetivo que atua na copa de lavagem		5	12	2
calça branca	Efetivo que atua na copa de lavagem		5	12	2
meia bota branca PVC	Efetivo que atua na copa de lavagem		2	12	1
meia branca	Efetivo que atua na copa de lavagem		5	12	5
segunda pele branca	Efetivo que atua na copa de lavagem		3	12	3
jaqueta impermeável azul-aeronaútica	Efetivo que atua na copa de lavagem		2	12	1
avental branco em PVC	Efetivo que atua na copa de lavagem		5	12	3
insígnia/distintivo (para jaqueta impermeável)	Efetivo que atua na copa de lavagem		3	12	3
tarjeta em tecido azul-aeronática (para jaqueta impermeável)	Efetivo que atua na copa de lavagem		3	12	3
12º C – trabalhos em refeitórios (arrumadores)					
camisa feminina branca de mangas curtas	Arrumador		5	12	2
camisa feminina branca de mangas compridas	Arrumador		5	12	2
gravata feminina preta (p/ uso com camisa de mangas compridas)	Arrumador		2	36	1
calça feminina preta	Arrumador		3	12	2
saia preta	Arrumador		2	12	1
cinto preto de couro	Arrumador		1	48	
sapato feminino preto de salto médio (comissária e eventos)	Arrumador		1	12	1
sapato feminino preto de salto baixo (tipo soft antiderrapante)	Arrumador		1	12	1
Meia-calça social lisa cor da pele (uso com saia)	Arrumador		5	12	5
meia preta (uso com calça)	Arrumador		5	12	5
segunda pela branca	Arrumador		3	12	3
camiseta branca	Arrumador		5	12	2
camisa masculina de mangas compridas	Arrumador		5	12	2
camisa masculina de mangas curtas	Arrumador		5	12	2
gravata vertical preta	Arrumador		2	36	1
cinto preto de couro	Arrumador		1	48	
calça masculina preta	Arrumador		3	12	2

Planilha1

sapato preto masculino	Arrumador		1	12	1
meia preta	Arrumador		5	12	5
segunda pela branca	Arrumador		3	12	3
camiseta branca	Arrumador		5	12	5
12º D – trabalho especiais em refeitórios					
colete preto (feminino)	Comissario/ eventos especiais		2	24	1
sobretudo preto para comissária	Comissario/ eventos especiais		1	60	1
blazer feminino preto	Comissario/ eventos especiais		2	24	1
Meio-aventail preto	Comissario/ eventos especiais		2	12	1
colete preto (masculino)	Comissario/ eventos especiais		2	24	1
sobretudo preto para comissário	Comissario/ eventos especiais		1	60	1
paletó preto	Comissario/ eventos especiais		1	48	

Dimensionamento da Demanda de Uniformes da Seção de Subsistência						
Item	Aplicação/ Peças por atividade	Quantidade paga por pessoa na incorporação	Tempo médio de reposição	Quantidade paga por pessoa na renovação	Efetivo Existente no setor	Qtd Total
jaleco branco de mangas compridas	nutricionista/técnica de nutrição	2	12	2	5	20
jaleco branco de magas curtas	nutricionista/técnica de nutrição	2	12	2	5	20
sapato preto tipo “soft” antiderrapante	nutricionista/técnica de nutrição/responsável por estoque	2	12	1	5	15
12º A – chefes de cozinha, cozinheiro, auxiliar de cozinha						
dólmã branco	chefes de cozinha, cozinheiro, auxiliar de cozinha	5	12	2	33	231
calça branca	chefes de cozinha, cozinheiro, auxiliar de cozinha	5	12	2	33	231
meio avental branco em tecido (para manipulação em áreas quentes)	chefes de cozinha, cozinheiro, auxiliar de cozinha	5	12	3	33	264
avental branco em PVC (para função de açougueiro e pré-preparo de hortifruti)	chefes de cozinha, cozinheiro, auxiliar de cozinha	5	12	3	33	264
sapato branco para cozinheiro	chefes de cozinha, cozinheiro, auxiliar de cozinha	2	12	1	33	99
gorro para chefe de cozinha	chefes de cozinha, cozinheiro, auxiliar de cozinha	2	12	1	33	99
12º B – copa e trabalhos sem contato com manipulação de alimentos						
calça branca	Efetivo que atua na copa de lavagem	5	12	2	12	84
meia bota branca PVC	Efetivo que atua na copa de lavagem	2	12	1	12	36
avental branco em PVC	Efetivo que atua na copa de lavagem	5	12	3	12	96
12º C – trabalhos em refeitórios (arrumadores)						
camisa feminina branca de mangas curtas	Arrumador	5	12	2	1	7
camisa feminina branca de mangas compridas	Arrumador	5	12	2	1	7
calça feminina preta	Arrumador	3	12	2	1	5
saia preta	Arrumador	2	12	1	1	3
cinto preto de couro	Arrumador	1	48		1	1
sapato feminino preto de salto médio (comissária e eventos)	Arrumador	1	12	1	1	2

sapato feminino preto de salto baixo (tipo soft antiderrapante)	Arrumador	1	12	1	1	2
camisa masculina de mangas compridas	Arrumador	5	12	2	57	399
camisa masculina de mangas curtas	Arrumador	5	12	2	57	399
cinto preto de couro	Arrumador	1	48		57	57
calça masculina preta	Arrumador	3	12	2	57	285
sapato preto masculino	Arrumador	1	12	1	57	114
12º D – trabalho especiais em refeitórios						
colete preto (feminino)	Comissario/ eventos especiais	2	24	1	1	3
blazer feminino preto	Comissario/ eventos especiais	2	24	1	1	3
Meio-aventail preto	Comissario/ eventos especiais	2	12	1	58	174
colete preto (masculino)	Comissario/ eventos especiais	2	24	1	57	171
sobretudo preto para comissário	Comissario/ eventos especiais	1	60	1	57	114
paletó preto	Comissario/ eventos especiais	1	48		57	57

Responsável pela dimensionamento:

Assinado Eletronicamente
Tamile dos Santos Cunha Pereira Cap Int
 Chefe da Seção de Subsistência



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	TR 394 + ETP 104 + ANEXOS
Data/Hora de Criação:	02/02/2026 15:25:35
Páginas do Documento:	64
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	65
Hash MD5:	57ae585942b34349d3f57bdf83d2540b
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento MARCOS HENRIQUE DA SILVA COSTA no dia 02/02/2026 às 12:31:49 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento DAVI CAVALCANTE DANTAS no dia 02/02/2026 às 12:33:07 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap TAMILÉ DOS SANTOS CUNHA PEREIRA no dia 04/02/2026 às 13:19:45 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento BRUNO RIBEIRO DA SILVA no dia 05/02/2026 às 10:56:25 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten CAMILE DA COSTA RAMOS no dia 05/02/2026 às 12:18:23 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel SILVIA NATÁLIA SOARES MENEZES DA SILVA no dia 06/02/2026 às 08:45:06 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO